

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

WILLIAN BORGES VIEIRA

**A PERIFERIA URBANA FRENTE AO IMPERATIVO CAPITALISTA
EXCLUDENTE NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: O CASO DO
LOTEAMENTO “MORADIA BELA VISTA” NA CIDADE DE COLÍDER,
MATO GROSSO**

**CÁCERES – MT
2021**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

WILLIAN BORGES VIEIRA

**A PERIFERIA URBANA FRENTE AO IMPERATIVO CAPITALISTA
EXCLUDENTE NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: O CASO DO
LOTEAMENTO “MORADIA BELA VISTA” NA CIDADE DE COLÍDER,
MATO GROSSO**

Projeto de Pesquisa apresentado à Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo), para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Dr. Aumeri Carlos Bampi

**CÁCERES – MT
2021**

RESUMO

O que rege a criação e o desenvolvimento de espaços urbanos nas sociedades é o capital, desta forma, não existe possibilidade de pensar a cidade sem pensar na relação entre agentes produtores do espaço atrelado aos interesses cabedais, neste sentido, o bairro “Moradia Bela Vista” em Colíder-MT não é diferente, ele carrega em suas características espaciais as marcas de um processo regido pelo capital, pois, verifica-se desde sua gênese à terra sendo considerada como mercadoria. Sendo assim, a problemática existente se baseia na tentativa de compreender como e quais agentes produtores do espaço foram os responsáveis isoladamente ou em conjunto, direta e/ou indiretamente pela criação e desenvolvimento do bairro. Portanto, com a pesquisa, objetiva-se investigar as razões da configuração socioespacial do bairro Moradia Bela Vista, suas características, composição sócio-histórica, e seu grau de inclusão/exclusão à urbanidade local, no contexto da fronteira capitalista amazônica. Como método de abordagem, esta pesquisa toma por subsídio o materialismo histórico e dialético por este, ser considerado um caminho pautado na investigação, onde acontecimentos históricos e sua influência na atualidade podem ser compreendidos, quanto aos demais procedimentos para alcançar os resultados esperados, em primeiro momento houve o levantamento bibliográfico, responsável por fundamentar aquilo que se almeja encontrar, posteriormente haverá a atividade *in loco*, ou seja, o campo, onde as informações reais sobre o local de estudo poderão ser colhidas por meio de questionários e entrevistas aos moradores, e por fim, far-se-á análise e tabulação das informações obtidas e a discussão destas. Portanto, espera-se com a pesquisa, verificar existência de uma problemática urbana, isto é, a existência de uma cidade fragmentada, palco da disputa pelo acesso à terra onde se verifica o objeto de estudo como o resultado de um processo de segregação, deseja-se ainda, compreender como o Estado contribuiu para que o objeto de estudo se formasse, pois, como um dos agentes que atuam na produção e reprodução do espaço, este tem relação com a situação atual, de forma condicionada ou como condicionante à mercê do capital.

Palavras-chave: Segregação urbana. Periferia. Exclusão. Colíder-MT.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	Objetivos	7
1.2	Objetivo geral	7
1.3	Objetivos específicos	7
1.4	Justificativa da pesquisa	7
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
2.1	Espaço e Lugar: Categorias para explicar a cidade	8
2.1.1	O espaço: da evolução do conceito ao lugar	8
2.1.2	O espaço geográfico e Espaço Urbano	16
2.2	Para entender a cidade de colíder: ocupação da região Centro-Oeste e Amazônia a partir de 1930	19
2.3	Histórico do Município de Colíder	26
2.4	Os agentes produtores da cidade e a exclusão urbana	27
2.5	A terra como mercadoria: o mercado fundiário e a ação do Estado	31
3	METODOLOGIA	35
3.1	Área de estudo	35
3.2	Procedimentos metodológicos	36
4	CRONOGRAMA	43
5	RESULTADOS ESPERADOS	44
6	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo recebeu o nome de “Moradia Bela Vista”, encontra-se as margens da MT-320 (rodovia estadual que corta o perímetro urbano de Colíder). Trata-se de um loteamento recente, que abriga um número pequeno de famílias. Ele é apenas uma manifestação social de acesso a moradia que não está de acordo com o que estabelece o mercado legal de terras, pois, o que rege a criação e desenvolvimento de um espaço urbano na maioria das sociedades ocidentais é o capital. Não tem como pensar em produção e reprodução de um espaço urbano sem pensar na questão cabedal, e no que diz respeito ao objeto de estudo (moradia Bela Vista em Colíder), este foi regido desde sua gênese e na atualidade a composição deste lugar evidencia a ação do capital se sobressaindo aos interesses sociais.

Este fato é justificável, tendo em vista que pensar no contexto urbano é pensar no capital, conforme explica Carlos (2008), pois, o capitalismo define a configuração da cidade e leva a sua expansão. Deste modo, a proposta da presente pesquisa irá contemplar ainda as faces do capitalismo bem como a ação do Estado que corroboram para a construção e desenvolvimento um espaço segregado na cidade.

Sendo assim, os eventos e situações que envolvem a reprodução da Moradia Bela Vista em Colíder não são de ordem exclusiva, ou condicionada por um padrão único desta localidade, sabe-se que em todos os casos o capital está ligado ao acesso à terra, e onde há um mosaico heterogêneo de condições sociais, há também uma parcela de residentes com privilégios enquanto outros são subjugados. Sendo assim, compreender o dinamismo que levou a estruturação atual local supracitado, colabora para entender situações semelhantes em outros pontos fragmentados da cidade e em outros centros urbanos (por se tratar de um processo recorrente) possibilitando a criação de meios minimizar os impactos causados pela segregação socioespacial.

Pois, é observado a terra como bem de barganha, e isto gera uma relação de conflito pelas camadas sociais que compõem o urbano, pois, a questão da terra (e o acesso a ela) é a principal causa da desigualdade social, é notório que o aumento de áreas de vulnerabilidade econômica quando se analisa o contexto da construção do espaço urbano, portanto, é necessário pensar numa urbanização segregadora, que exclui (MARICATO, 2001).

Resende (2018) aborda tal pressuposto:

Nota-se ainda que o mecanismo de especulação, ao acarretar a expansão do tecido urbano a partir do centro original mais condensado, promove o desequilíbrio entre a oferta e a demanda por terra e moradia, através da

produção de uma escassez artificial. Neste momento, os agentes imobiliários aumentam seus lucros, uma vez que torna a posse da terra urbana um importante instrumento de barganha, cobrando mais caro pelos imóveis disponibilizados em forma de torres de apartamentos (RESENDE, 2018, p. 82).

Portanto, é necessário entender a cidade e seus agentes construtores, em especial o setor imobiliário que produz a cidade, e o menos favorecido que também o faz, no entanto, este último condicionado ao primeiro, pois, a especulação imobiliária está intimamente ligada a configuração do espaço urbano por estar relacionada como o estado. Sobre tal premissa, Resende (2018) explica que:

[...] os agentes imobiliários produzem condições ideais para a reprodução do capital a partir da configuração de novas centralidades, da expansão artificial das manchas urbanas e da formação de eixos de valorização fundiária e simbólica (RESENDE, 2018, p. 81).

Naturalmente, um espaço pode sofrer mudanças em decorrência de dos agentes que constroem a cidade, em especial o capital, e isto pode ser observado da Moradia Bela Vista, o espaço pode ser interpretado como segregado por sua posição e construção, sobre esta ação de marginalização Corrêa (2012) aponta que:

[...] O valor atribuído a um lugar pode variar ao longo do tempo. Razões de ordem econômica, política e cultural podem alterar a sua importância e, no limite, marginalizá-lo, deixando-o à margem da rede de lugares a que se vinculava. São numerosos os exemplos de portos que no passado eram relativamente importantes [...] (CORRÊA, 2012, p. 41).

Em contrapartida, o mesmo autor supramencionado ainda destaca o que é necessário para haver uma revalorização de um espaço, dizendo que:

No processo de valorização produtiva do espaço é necessário que se viabilize a reprodução das condições de produção. Isto implica em práticas especialmente localizadas, via de regra efetivadas pelo Estado ou pelas grandes e complexas corporações (CORRÊA, 2012, p. 42).

Isto é, com a valorização do solo urbano, cria-se condições para existência de ambientes economicamente fragilizados, e além do capital supracitado tem-se a ação do Estado.

Nesta premissa que aborda a atuação do estado Villaça (1998) expõe que:

(...) Tão logo o capitalismo se impôs, impôs-se também o mecanismo do mercado e a redução da ação do Estado produtor direto do espaço urbano. O Estado passou a ser produtor "indireto" com a legislação urbanística, que, supostamente, regularia a iniciativa privada (VILLAÇA, 1998, p. 249).

Portanto, a problemática que se constrói observando a moradia Bela Vista, se baseia em entender como se deu sua gênese e quais agentes produtores da cidade

foram responsáveis por seu constante desenvolvimento, isto é, torna-se necessário entender se o loteamento surgiu pelo fato de os moradores não conseguirem ter acesso ao solo urbano como estabelece o mercado de terras ou se a localidade se trata de uma sociedade auto segregada. Tendo em vista que, o local de pesquisa trata-se de um bairro periférico, não incluso ao perímetro urbano, tanto que o plano diretor da cidade não o reconhece como urbanidade, no entanto, existe nele serviços prestados no contexto da cidade (como coleta de lixo e recicláveis). Sendo assim, é necessário compreender se nesta dinâmica existe uma exclusão ou inclusão precarizada do bairro no contexto social da cidade.

1.1 OBJETIVOS

1.2 OBJETIVO GERAL

Investigar as razões da configuração socioespacial do loteamento Moradia Bela Vista em Colíder-MT, suas características, composição sócio-histórica, e seu grau de inclusão/exclusão à urbanidade local, no contexto da fronteira capitalista amazônica.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar o processo de constituição histórico-social do loteamento Moradia Bela Vista, e se o espaço se trata de um ambiente segregado, auto segregado ou alternativo de habitação dentro do contexto capitalista de apropriação e mercantilização do solo urbano.
- Identificar os agentes produtores da cidade responsáveis pela criação do loteamento afim de verificar o grau de urbanização do loteamento em relação às condições de infraestrutura e serviços urbanos.
- Descrever o nível socioeconômico e cultural dos habitantes;
- Analisar qualitativamente, a partir da percepção dos moradores, o loteamento e sua participação e ou exclusão do espaço urbano colidense.

1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O direito à cidade não pode ser entendido como algo simples ou de pouca importância, e sim por sua natureza contrária, compreendida como direito à vida digna, sendo assim, a pesquisa justifica-se por ser interpretada como ferramenta compreensão social. Pois, sabe-se que a cidade é fragmentada e injusta, é o lócus onde o acesso à terra se dá por meio de entraves ligados ao capital, e o menos

favorecido economicamente não tem acesso a ela de modo legal. Portanto, por sua natureza descritiva e investigativa (no que tange à segregação) e suas mazelas, observa-se na pesquisa uma forma de manifestação social que dará voz aos grupos segregados, contribuindo assim, para a compreensão do urbano possibilitando a luta por medidas que visam mitigar o processo de exclusão urbana.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Espaço e Lugar: categorias para explicar a cidade

2.1.1 O espaço: da evolução do conceito ao lugar

Quando tratamos da noção de espaço, nos deparamos com um termo que aparentemente é vago, no entanto, é certo que este pode estar ligado a múltiplas acepções podendo da forma como é abordado ser algo imaginado/idealizado ou físico, finito ou localizado, isto é, ele se agrega a diferentes palavras para gerar funções distintas no contexto onde é utilizado.

No dicionário Michaelis (2021) de língua portuguesa é visto dezesseis definições de espaço, todas válidas, os conceitos se distribuem em diferentes segmentos concordando com o pressuposto, indo de definições próximas às vistas no campo da geografia conversando com a questão urbana.

No entanto, com enfoque direto para a geografia, Santos (1991) irá definir o espaço, apontando que:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente.

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento as formas, pois têm um papel na realização social (SANTOS, 1991, p. 10).

Portanto, o espaço pode ser interpretado como algo que não existe sozinho, contudo, aprofundando na definição, para a geografia enquanto ciência o conceito de espaço não surge com os apontamentos recentes, ele nasce com a ciência geográfica. O conceito traz consigo o pensamento de diferentes autores que estão

inseridos em diferentes contextos históricos que influenciaram a definição de espaço por eles, todavia, as diferentes correntes do pensamento geográfico não são restritas ao momento em que surgem, tão pouco findam as antecessoras quanto a conceituação, deste modo, avaliar como o espaço foi tratado em diferentes momentos torna-se relevante. Neste sentido, esta conjectura concorda com Sposito (2004, p.16) quando o autor aponta que “como partimos do pressuposto de que a verdade, em seu estatuto científico, é resultado das mais diferentes manifestações do intelecto humano, não existindo verdade absoluta que reflita qualquer ou todo conhecimento”, portanto, é necessário entender a geografia enquanto ciência.

Para Corrêa (2012) a geografia surge enquanto ciência por volta de 1870 na Alemanha, é neste contexto que surge o que fica conhecido como geografia tradicional. Outros conceitos ligados a categoria geográfica de análise ganham mais atenção neste momento, como a discussão sobre paisagem e território, contudo, o espaço apesar de não provocar profundos debates de imediato este foi abordado indiretamente (quando considerado posteriormente com base em conceitos originados em correntes de pensamento que surgiriam), Corrêa apresenta então a discussão ligada a espaço na geografia tradicional trabalhada de modo indireto por Hartshorne e Ratzel.

Mesmo indiretamente, Hartshorne entendia o espaço como sendo algo absoluto associado a todas as dimensões da vida, para ele, este seria uma espécie de “recorte do presente” e a geografia estaria ligada a isto, e apesar de reconhecer a importância do conjunto “espaço e tempo” Hartshorne dá a entender que não basta avaliar os processos temporais, espaço e tempo desta forma são desconsiderados na geografia tradicional quando comparado a outras correntes que surgiram, e a ideia de espaço como algo absoluto continuaria viva e posteriormente retrabalhada na geografia teórico-quantitativa como “espaço absoluto” (ALFREDO, 2005).

Villaça (2012) confirma tal premissa, ainda abordando Hartshorne o espaço na geografia tradicional poderia ser descrito como conjunto de elementos (que o autor coloca como pontos, que se pode associar ao contexto espaço) transmitindo a ideia de que este possuía existência em si próprio, considerar espaço e tempo em conjunto seria um debate futuro.

A compreensão do espaço para Ratzel, na geografia tradicional, pode ser descrita como algo necessário para uma população viver, no entanto, o debate sobre

espaço na ótica de Ratzel não seria adequada para pensar o espaço urbano e seus conflitos sociais, Cazarotto (2006) defenderá esta premissa dizendo que:

Percebe-se que na concepção de espaço vital, em Ratzel, aparece com muito mais ênfase a ideia de defesa do território do que a ideia de ampliar ou expandir o mesmo. Pois é compreendido como o espaço de vida, da territorialidade instituída, onde se encontram as condições essenciais da vida, como matéria e energia (CAZAROTTO 2006, p. 08).

O pensamento de Ratzel, portanto, compreendia o espaço como algo indissociável à vida humana, claramente referindo-se à noção de o Lebensraum, espaço vital, uma conceituação mais ligada ao debate acerca de território. Distorcer conceitos ou aplicá-los de modo equivocado pode gerar reflexos contraditórios, há quem diga que Ratzel tornou-se fonte de inspiração nazista criando estímulo para expansão alemã por meio de suas ideias, no entanto suas contribuições são amplas, são vários contextos indo do farmacêutico e zoólogo, como jornalista, professor na Universidade Técnica de Munique até o contexto do círculo de Leipzig que Ratzel esteve ligado, se os trabalhos foram utilizados para justificar processos expansionistas de terceiros sob a alegação “de espaços necessários” provavelmente o autor não simpatizaria com tais ações (SEEMANN, 2012).

Passando para a geografia teórico quantitativa ou nova geografia como também ficou conhecida (pensamento que surge por volta de 1950), algumas mudanças no campo da ciência geográfica surgem, e o conceito de espaço neste momento pode ser entendido como planície isotrópica (CORRÊA, 2012).

O mesmo autor supramencionado irá definir o que elas são, dizendo que:

A planície isotrópica é uma construção teórica que resume uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo. Admite-se como ponto de partida uma superfície uniforme tanto no que se refere à geomorfologia como ao clima e à cobertura vegetal, assim como à sua ocupação humana (...) sobre esta planície de lugares iguais desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que levam à diferenciação do espaço. Assim o ponto de partida é a homogeneidade, enquanto o ponto de chegada é a diferenciação espacial que é vista como expressando um equilíbrio espacial. Diferenciação e equilíbrio não são, assim, estranhos entre si nesta concepção (CORRÊA, 2012, p. 20).

De modo descomplicado, analisando a exposição do autor acerca da planície isotrópica, esta pode ser entendida como uma superfície que possui mesma propriedade e que sofre alterações pelo fator humano impulsionado pelo capital, as quais se configuram como relações econômicas, diferentes usos da terra e relações

de cunho social como centro e periferia (pensando a cidade), ou seja, os componentes inseridos no ambiente geram as transformações neste espaço.

Neste sentido, ainda nesta vertente, cabe o debate sobre espaço absoluto e relativo, Harvey (2012) descreve ambos, sobre espaço absoluto o autor aponta que:

Espaço absoluto é fixo e nós registramos ou planejamos eventos dentro da moldura que o constitui. Este é o espaço de Newton e Descartes e é usualmente representado como uma grade pré-existente e imóvel que permite padronizar medições e está aberto ao cálculo. Geometricamente é o espaço de Euclides e, portanto, o espaço de todas as formas de mapeamento cadastral e práticas de engenharia. É o espaço primário de individuação – a res extensa, como afirma Descartes – e refere-se a todos os fenômenos discretos e delimitados, e do qual você e eu fazemos parte enquanto pessoas individuais. Socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas). Quando o engenheiro de Descartes contempla o mundo com um sentido de domínio, trata-se de um mundo de espaço (e de tempo) absoluto onde todas as incertezas e ambiguidades podem em princípio ser banidas e onde o cálculo humano pode florescer sem entraves (HARVEY, 2012, p. 10).

Quanto ao espaço relativo, Harvey (2012, p. 11) aponta que este pode ser entendido em dois sentidos: “de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem”. Ou seja, partindo desta visão, não é possível compreender o espaço de forma separada do tempo.

Neste sentido, trabalhando o espaço absoluto e relativo, o próprio autor supracitado ainda dispõe que não seria nem absoluto nem relativo, o autor não se contradiz, ele define que o espaço pode ser “um ou outro” de modo individual ou coexistindo de modo separado, a ideia do autor considera “espaço e tempo”, porém não os “misturam”. O autor ainda justifica o mencionado dizendo que as relações que envolvem “posse” (considerando a terra) cria os chamados espaços absolutos e a movimentação de pessoas e serviços (assim como informações) fazem o espaço relativo. Ou seja, na área da ciência geográfica o espaço relativo entende a existência do espaço, no entanto, somente quando formado pelas coisas que se relacionam nele enquanto a ideia de espaço absoluto tudo estaria contigo no espaço e faria parte dele.

E no campo da geografia crítica (corrente que ganha força em meados do século XX) as discussões sobre espaço são vistas por meio da análise da sociedade e apropriação da natureza. Nas obras de Marx, o espaço está presente, este estaria vinculado às contradições espaciais que envolvem o capital sendo mais efetivamente trabalhado a analisando a partir do ponto de vista de Lefévre, pois, a conceituação

do espaço não era preocupação de Marx, este o trabalhou, mas interpretá-lo como algo que possui papel importante na estruturação de uma lógica num dado sistema é visto na ótica Lefebriana. Por meio do trabalho de Marx, pode-se interpretar o espaço não como apenas algo social e vivido, mas sim como espaço político, *locus* da reprodução das relações sociais de reprodução (CORRÊA, 2012).

Sendo assim, por meio da introdução do pensamento marxista, foi possível refletir sobre a sociedade nas suas diferentes formas espaciais, em especial e suas contradições. Isto permitiu pensar o espaço não como sendo “palco” da sociedade, mas sim como “meio” de produção, reprodução e condição. O pressuposto concorda com uma espécie de tríade baseada em compreender o espaço como concebido, percebido e vivido. Ou seja, partindo do ponto de vista “Marxista-Lefebvriano”, as contradições existentes no espaço vivido têm relação com o estado e o capital, pois, estes atuam sobre o espaço definindo o “plano de habitar” pensando novamente na cidade (ALFREDO, 2005).

Neste contexto o Estado tem ligação com espaço, porém, este, não seria um “instrumento”, Corrêa (2012) atribui função ao espaço, apontando que:

O espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefebvre, o espaço é mais que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço é *locus* da reprodução das relações sociais de produção (CORRÊA, 2012, p. 25).

Analisando a discussão de Villaça (2012) o autor aborda a obra de Santos (1985) sobre a noção de espaço, onde há uma conversa com o pensamento de Marx e Lefebvre, quando tratado sobre a produção a questão socioeconômica e espaço são independentes, apesar de estarem ligados, neste sentido, o espaço poderia para o autor no pensamento marxista não sendo apenas um reflexo social, mas sim um fator social.

Para Villaça (2012) considerando sua análise da obra de Santos (1985):

[...] O espaço deve ser estudado por meio de quatro categorias: a *forma* é o “espaço visível de uma coisa”, “o arranjo ordenado de objetos”, um padrão; *função* “sugere que uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa” *estrutura* “implica a inter-relação de todas as partes de um todo, o modo de organização da construção”; e *processo*, que “pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (VILLAÇA, 2012, p.89).

Ainda no discurso de Lefebvre (partindo do materialismo histórico e dialético) o espaço seria, portanto, organizado e idealizado numa estrutura que não seria autônoma, este seria um componente que seria dialeticamente definido com todas as relações ligadas à produção as quais que envolvem espaço e o indivíduo (LEFÉBVRE, 2006).

Já Milton Santos interpretará o espaço como algo que não é possível separar da questão socioeconômica, neste sentido os diferentes modos de produção precisam de um lugar para se desenvolver, onde cada item teria lugar certo no espaço, são pensamentos como este que vão de encontro (e concordam) com o que propõe a geografia crítica (CORRÊA, 2012).

A geografia humanista e cultural surge efetivamente (e ganha força) a partir da década de 1970, e no que diz respeito à noção de espaço, este ganha novos significados. Existem muitos espaços segundo Tuan explicado na obra de Corrêa “espaço: um conceito chave na geografia”, ele pode ser, portanto, pessoal, grupal e mítico (este último ligado ao abstrato), além da existência do chamado espaço sagrado (CORRÊA, 2012).

Neste sentido cultural e social, Lefebvre (2006) aponta que:

O conceito de espaço liga o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos, desconhecidos, dos continentes ou do cosmos); produção (da organização espacial própria de cada sociedade); criação (de obras: a paisagem, a cidade com a monumentalidade e o cenário). Tudo isso evolutivamente, geneticamente (com uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da simultaneidade; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência, e sobre a ensamblagem material de elementos com os quais se produz a simultaneidade (LEFÉBVRE, 2006, p. 126).

Santos (2002) aborda a compreensão do espaço nesta ótica, dizendo que:

O que pensamos de espaço jamais poderá ser compreendido sem que se reflita sobre o próprio movimento que cria, recria, nega e, pela superação, redefine a espacialidade dos próprios homens. Espaço e tempo, considerados aqui como as categorias básica da ciência moderna, são, na verdade, redimensionados na medida em que as sociedades se redimensionam (SANTOS, 2012, p. 23).

Basicamente o espaço (e também lugar) definem a natureza da geografia, e a partir do ponto de vista humanista este devem ser vistos e abordados também por meio dos sentimentos e ideias, Holzer (2008) aponta que:

Tuan ia mais longe ligando o tempo e o espaço a partir da noção de distância, afirmando que ambos os conceitos são orientados e estruturados pela intencionalidade do ser [...] os temas abordados eram do corpo e dos valores espaciais, do espaço mítico, da relação entre tempo e lugar, do espaço

humanizado, da importância da experiência e das relações intersubjetivas na constituição dos lugares (HOLZER, 2008, p. 142).

Quanto às contribuições de Sauer (1996) para as definições de espaço no contexto da geografia humanista e cultural, o autor considera as questões do mundo vivido como sendo um ponto de partida para uma análise dentro da perspectiva geográfica, a ideia do autor defendia que cada indivíduo atua separadamente no processo de significação, este pressuposto pode estar ligado com as noções de que espaço e tempo podem ser interpretados ainda como “experiências sensoriais” quando consideramos o sujeito no espaço.

Neste contexto de significação relacionada à noção de espaço, Santos (2002) defende que:

[...] a categoria “espaço” tornou-se tão rica de significados que fica mais e mais difícil dizer qual deles (geralmente expressos na forma de pré-noções) expressa claramente nosso pensamento. [...] o jogo simbólico que construímos na nossa relação com o mundo (e, nesse mundo, devemos encontrar, entre outros, a nós mesmos) permitiu-nos construir um mundo específico para o próprio simbólico (onde os idealismos de todas as matrizes e tempos são exemplos mais que consistentes). Antropomorfizamos o mundo sem perder a noção da alteridade e o ato do pensar tornou-se, nesse processo, ele mesmo alteridade (SANTOS, 2002, p. 27).

Desta forma, criando uma “ponte” entre espaço e lugar tem-se a contribuição de Suertegaray (1999), que defende que o espaço por ser algo vivido ele torna-se algo “experienciado”, onde por fim tem-se o conceito de lugar como centro de significado, deste modo, os espaços são inter-relacionais possuindo dimensões naturais, sociais e culturais.

Sendo assim, a afirmação de Tuan sobre o espaço ganhar significados é validada, o espaço assim como lugar possuem experiências individuais e coletivas que constroem valores e referências ao espaço, sendo assim, uma relação do sujeito com os lugares não é apenas necessária como inevitável (SAUER, 1996).

É nesse momento que o espaço e lugar passa a ser conceito chave para a geografia, ele nasce neste contexto passando a ser discutido mais profundamente. É na geografia humanista e cultural que o espaço é discutido efetivamente como vivido, valorizando as experiências pessoais de um grupo sobre determinado tempo e local, os sentimentos e evidências sensoriais estão envolvidos neste debate, há concepção sobre espaço sagrado, proibido e permitido, Tuan discutirá os sentimentos espaciais, basicamente a ideia de grupos sobre o espaço a partir da experiência e sua ligação e noção de pertencimento que diz respeito a lugar.

Passando para “lugar” no contexto atual, este é algo fundamental nos estudos geográficos, no entanto, apesar de tal importância ele só ganha atenção por volta de 1980. Torna-se importante salientar que durante o período de geografia clássica o conceito era abordado como definição para a própria ciência geográfica, La Blache defendia que a geografia seria, portanto, uma ciência com foco nos lugares (HOLZER, 1999).

No entanto, ao refletir sobre o lugar, este pode ser interpretado como uma manifestação social. Outro ponto interessante se baseia em determinar o lugar como sendo algo temporal, ele pode ser construído e vivido considerando o contexto histórico onde autores como Carlos (2007) irá defini-lo como algo que abre diferentes perspectivas, dizendo:

O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis (CARLOS, 2007, p. 52).

Isto é, o lugar pode ter múltiplos significados, pode ser local de existência e coexistência, nele cabe sensações como afetividade, ou se mostrar de modo inverso de forma cruel e perversa, de qualquer forma o lugar é considerado um espaço apropriado (SOUZA, 1997).

Concordando com este pressuposto está a posição de Yi-Fu Tuan (1983) apud Santos (1996), o autor defende que o lugar possui sentido de identidade e pertencimento, e cada objeto num dado local possui afetividade e sua própria história para o sujeito, o lugar seria, portanto, um espaço vivido dotado de valores.

Sendo assim, Moreira e Hespanhol (2007) destacam que:

O lugar seria o centro de valores indispensáveis para a nossa identidade. O lar, por exemplo, expressa a relação do indivíduo com seu lugar. Todavia, o lar é mais amplo que o objeto - casa. Essa relação entre a percepção de lar, o objeto casa e como a casa aparece em nossa consciência (valores, bem-estar, significados) é o que se chama de princípio de intencionalidade ou a intencionalidade da consciência (MOREIRA E HESPANHOL, 2007, p. 52).

Além disso, conforme aponta Santos (1996), o lugar pode ser interpretado/entendido como cotidiano, ambiente de interação social onde os sujeitos se organizam e se relacionam, e os lugares afetam a existência social por alguns se tornarem especializados. O lugar ainda pode organizar um espaço para receber interações externas e internas, o lugar portanto seria algo real, podendo tanto incluir como excluir.

Neste sentido, Moreira e Hespanhol (2007) defendem que:

A apreensão teórica do lugar enquanto um espaço vivido e uma construção socioespacial vêm ao encontro das reflexões sobre os bairros rurais e as mudanças (sociais, econômicas, culturais e políticas) que ocorrem em seu interior, sobretudo em virtude do crescimento das atividades sem vínculos agrícolas.

Compreender o lugar é considerá-lo não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações (subjeto-objetivo, aparência-essência, mediato-imediato, real e simbólico). Desse modo, nos bairros rurais é possível presenciar os pares dialéticos, o novo e o velho, o tradicional e o moderno, o exógeno e o endógeno, enfim, as mudanças e as permanências (MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 49).

Neste sentido, o lugar poderia ser considerado como base da reprodução social, pois, este é o *lócus* dos acontecimentos sensíveis e concretos, este fato deve-se ao lugar possuir característica de espaço vivido. A partir do ponto em que o homem escolhe um local apropriável para viver, aquele espaço passa a ter significado social ao sujeito (CARLOS, 1996).

E para contextualizar o lugar nesta ótica Moreira e Hespanhol (2007) destacam que:

Quando se propõe contextualizar sobre o lugar, vem à tona abordar a memória do indivíduo em relação ao lugar. Isso porque a memória traz a possibilidade de resgatar o lugar. O bairro se coloca como lugar da reprodução da vida imediata, seja da ordem próxima ou distante (MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p. 55).

Rodrigues (2015, p.5036) concorda com o exposto defendendo que “o lugar é visto como o locus do sujeito que o constrói, ao mesmo tempo em que constitui a si mesmo se relacionando com o mundo e com a coletividade social”.

Em virtude disto, o espaço para esta pesquisa assume caráter de algo “possuído” de caráter histórico cercado de significância imaterial por aqueles que o produzem e reproduzem tomando-o para si.

2.1.2 O espaço geográfico e espaço urbano

O espaço geográfico, para Moreira (2009) pode ser entendido como a relação do homem com o meio, em precisão o autor destaca que:

O espaço geográfico é a materialidade do processo do trabalho. É a relação homem-meio na sua expressão historicamente concreta. É a natureza, mas a natureza em seu vaivém dialético: ora a primeira natureza que se transforma em segunda, ora mais adiante a segunda que reverte em primeira, para mais além voltar a ser segunda. É a história em seu devir perpétuo. História na sua expressão concreta de dada sociedade. E espaço como resultante/determinante dessas relações [...] (MOREIRA, 2009, p. 49).

No entanto, como mencionado pelo autor, o espaço geográfico também possui dimensão histórica, neste sentido, o mesmo autor supramencionado dispõe sobre espaço no tempo, apontando que:

Produto histórico e tendo, por conseguinte um conteúdo histórico, o espaço é, assim, a própria sociedade. Não é, então, o lugar onde a sociedade se aloja, como uma cidade encravada no fundo de um vale, uma vez que a história dos homens ocorre na superfície da Terra. Também não é como um reflexo da sociedade e da história. Não é receptáculo ou espelho. O espaço é a sociedade pelo simples fato de que os homens produzem sua existência produzindo o espaço. É a sociedade porque é condição de existência dos homens na história (MOREIRA, 2009, p. 51).

Analisando a afirmação do autor, em resumo o espaço geográfico pode ser interpretado como aquilo que foi apropriado e transformado pelas atividades humanas. Sendo assim, o espaço (bem como o espaço urbano) sob a ótica do espaço geográfico, podem ser entendidos como ambientes das reproduções, ou seja, é ali onde as manifestações sociais ocorrem de modo distinto, e esta produção se dá por meio das interações cotidianas do homem com o espaço, onde este encontra-se inserido, como a cidade (SANTOS, 1994).

Nesse contexto de produção social e também histórica do espaço, os processos de produção e reprodução podem se encontrar de modo articulado: a produção refere-se ao que pode ser considerado específico, já a reprodução transmite ideia de divisão do trabalho, deste modo, produção e reprodução do espaço urbano possuem relações íntimas com o capital e em consequência disto a apropriação do urbano (LEITE, 2012).

Corrêa (1984) aborda o espaço urbano dizendo que:

O espaço urbano aparece, num primeiro momento de sua apreensão, como um espaço fragmentado, caracterizado pela justaposição de diferentes paisagens e usos da terra. Na grande cidade capitalista estas paisagens e usos originam um rico mosaico urbano constituído pelo núcleo central, a zona periférica do centro, áreas industriais, sub-centros terciários, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo, como as favelas e os condomínios exclusivos, áreas de lazer e, entre outras, aquelas submetidas a especulação visando futura expansão. O arranjo espacial da fragmentação pode variar, mas ela é inevitável (CORRÊA, 1984, p. 14).

Neste sentido, deve-se considerar a malha urbana como sendo de fato o espaço urbano, pode ser interpretado assim como qualquer outro objeto de estudo como um “paradigma de consenso ou de conflito” conforme expôs Corrêa (1989,

p.01). Assim o arranjo de interações sociais que constroem a cidade compreenderá o espaço urbano que pode ser fragmentado.

Neste sentido, o autor defende que esta fragmentação espacial ocorre em decorrência da ação dos sujeitos que modelam o espaço, produzem e consomem o urbano, e mais que isso, o espaço urbano é reflexo tanto dos agentes modeladores do presente quanto do passado.

E este pressuposto não ocorre de modo homogêneo, Corrêa (1984) irá defender que:

[...] Em primeiro lugar, o espaço urbano capitalista, é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista, refletindo, de um lado, a desigualdade social expressa no acesso desigual aos recursos básicos da vida, de outro, as diferenças locacionais das diversas atividades que se realizam na cidade. Em segundo lugar, ressalta-se que por ser reflexo social e porque a sociedade apresenta dinamismo, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados. Mas é preciso considerar que a cada transformação o espaço urbano se mantém desigual, ainda que as formas espaciais e o arranjo delas tenham sido alteradas. Mantém-se, ainda, fragmentado e articulado (CORRÊA, 1984, p. 16).

Corrêa (1989) ainda define o espaço urbano como:

Em termos gerais, o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado.

Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (CORRÊA, 1989, p. 01).

O espaço urbano em outras palavras pode ser entendido como “espaço palco”, pois, a produção do espaço e sua organização é produto das relações que ocorrem, portanto, ele pode ser considerado também como fruto do trabalho. Deste modo, para pensar a cidade não basta apenas entendê-las como fruto de um processo (que envolve o capital) mas também como uma condição (CARLOS, 1982).

A mesma autora ainda aponta que o espaço urbano é algo social (e sua construção) além de envolver o capital, ainda o reproduz, criando espaço para haver divergências entre classes sociais, para a autora:

O processo de urbanização é um processo de reprodução de capital [...] este processo se materializa na cidade, uma vez que a cidade viabiliza as condições de produção. O urbano é o lugar particular onde se realiza a

reprodução ampliada da força de trabalho nas condições de quantidade e qualidade requeridas pelo avanço da divisão social do trabalho [...] A cidade é ainda, um campo privilegiado das lutas de classe, pois se por um lado o espaço urbano é cada vez mais socializado (tanto no que se refere ao potencial de expansão, quanto no que se refere a sua produção), por outro lado a sua apropriação geral é privada (CARLOS, 1982, p. 111).

No que diz respeito ao espaço e as lutas de classes, Moreira (2009) definirá que por ser estruturada em classes a sociedade cada qual será organizada em seu espaço particular, seu espaço próprio, haverá relações entre elas exprimindo a ideia de “força”.

Por fim, analisando todos os pressupostos no que diz respeito ao espaço urbano, este pode ser entendido (e foi considerado nesta pesquisa) como o resultado de diferentes relações que se manifestam no espaço, e as lutas de classes fragmentam o espaço e cria condições para combates sociais relacionados ao capital.

2.2 Para entender a cidade de Colíder: ocupação da região Centro-Oeste e Amazônia a partir de 1930

Durante boa parte da história do Brasil o motivo da migração interna está baseado na busca por riquezas, saindo do período colonial da busca por metais preciosos até o Brasil república das novas frentes agrícolas (GUIMARÃES, 1988).

Desde as primeiras formas de ocupação (a partir do século XVIII) a região centro-oeste e norte do país eram regiões com baixa densidade demográfica até o século XX, no entanto, no contexto histórico havia um interesse por parte do poder público (na esfera federal) em preencher estes espaços não ocupados. A ocupação que visava a produtividade (que atuou o gatilho de urbanização) nestas áreas com maior intensidade ocorreu a partir de 1930 (muitos núcleos urbanos foram originadas e se desenvolveram adiante desta data em decorrência da ação estatal e privada em forma de incentivos), que, na prática, representou uma integração maior destas regiões com as demais (PAVÃO, 2005).

Durante o governo Vargas (1930-1945) houve uma preocupação em ocupar o que era conhecido como “espaços vazios”, isto é, ocupar aquelas áreas onde não estavam ocupadas (desconsiderando a presença indígena), principalmente no que diz respeito às regiões fronteiriças do país, ocupar estas áreas garantiriam a sua posse além da abertura de novas frentes agrícolas. Surge neste contexto a chamada “Marcha para o Oeste”, cujo slogan governamental era baseado em “ocupar para não

entregar”, em verdade, apesar dos resultados modestos desta ação o modelo Vargas de ocupação foi decisivo para o aumento do fluxo migratório para região Centro Oeste e Norte do país (CUNHA, 2002).

Sobre o pressuposto, Galvão (2011) descreve a marcha para o oeste dizendo que:

A chamada —Marcha para o Oeste foi um projeto governamental que buscou povoar e desenvolver o interior do Brasil, região distinta do litoral no que dizia respeito ao desenvolvimento humano e econômico. Visando uma maior integração nacional, os potenciais naturais e humanos do sertão não poderiam ser mais desperdiçados, entendidos como fundamentais para a garantia da prosperidade da Nação. A proposta governamental incluía a construção de escolas, hospitais, estradas, ferrovias e aeroportos no interior, com objetivo de integrar e consolidar o País, de acordo com uma visão de unidade (GALVÃO, 2011, p. 02).

A partir de 1940 o Centro Oeste e áreas de influência na região Norte passaram por transformações, em decorrência da industrialização das áreas ocupadas primeiramente (capitais e arredores) houve um crescente aumento da ocupação destas áreas mais ao norte da região Centro-Oeste e Sul da região Norte, criando assim, um avanço da fronteira agrícola. A incorporação destas regiões ganha ênfase com o plano de metas do governo Juscelino Kubitschek nas décadas de 1950 e 1960 (HOGAN et al., 2000).

Contudo, torna-se importante destacar que antes da marcha para o oeste de fato ocorrer, a estratégia de colonizar Mato Grosso de modo mais efetivo (avançando para a região Norte) já estava sendo algo planejado, tanto que “terras reservadas” também era a denominação dada para os chamados “espaços vazios” ainda no período político brasileiro conhecido como Estado Novo, e em tais terras reservadas, era idealizado a colonização agrária propriamente dita e para povoação em forma de núcleos urbanos. Isto só comprova que as intenções de povoar a parte central do país de fato é planejado a décadas, fato que contribuiu para o desenvolvimento de outras regiões do Brasil como o Norte do país (BERTRAN, 1988).

Essencialmente a região centro oeste antes de qualquer coisa podia ser descrita como uma região cuja economia era essencialmente agrícola, contudo, havia uma crescente urbanização. A partir da década de 1960 mudanças ocorreram internamente em decorrência da atuação do estado em sua cadeia produtiva (modernizando-a e a integrando mais profundamente com outras regiões brasileiras (CUNHA, 2006).

Para Guimarães (1988) nas décadas de 1950 e 1960 o aumento do fluxo migratório para o Centro-Oeste deve-se à atração gerada pelas capitais (em especial Brasília). No entanto, para o interior da região foram outros atrativos responsáveis pela expansão populacional, em especial o aprimoramento da infraestrutura interioranas, assim como o surgimento de novos núcleos urbanos e diversificação do setor produtivo.

Sobre a preocupação em ocupar o Centro e Norte do país Hespanhol (2000) aponta que:

[...] Os incentivos fiscais repassados pela superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) a partir de 1966 para projetos na chamada Amazônia legal (que abrange uma parcela da região Centro-Oeste) e pela superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) a partir de 1967 para investimentos nos distritos industriais da capital amazonense, bem como os incentivos fornecidos pela superintendência do desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) a partir de 1967, concorreram para o deslocamento de atividades econômicas e de população em direção ao Norte e ao Centro-Oeste do país (HESPANHOL, 2000, p. 12).

Abreu (2001) descreve o objetivo de ocupar os espaços vazios da região central do país, expondo que:

Os anos 50 inauguraram uma época de colonização que está de acordo com o processo de ocupação e com as políticas desenvolvimentistas nacionais e regionais desse período. Estão presentes tanto a preocupação com a manutenção/consolidação das fronteiras, com o discurso de “ocupação de vazios”, como a ampliação da produção de gêneros alimentícios para abastecer os centros urbano-industriais [...] (ABREU, 2001, p. 60).

A década de 1960 foi marcada por alguns planos que alimentaram a chama de ocupação, nesta década foi criado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), cujo objetivo era aumentar a produção de produtos alimentícios oriundos da agricultura e matéria-prima por meio de crédito rural, e incentivo à mecanização do campo. Na mesma década surge o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (PED), tal plano visava assim como o crédito rural além de melhorar a infraestrutura agrícola, criando rodovias e locais para armazenamento de material oriundo da agricultura (PIRES, 2000).

No entanto, tais planos não beneficiam a todos da mesma forma, pequenos produtores rurais ou aqueles sem-terra ficaram à margem destas ações, conforme explica Pires (2000, p. 116) “é importante lembrar que durante esse período as grandes fazendas eram consideradas mais adequadas à modernização que as

pequenas propriedades e, por isso, contavam com privilégios creditícios”. Em palavras simples, o governo da época não objetivava dar subsídios aos menos afortunados.

Ainda neste período surge a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), por meio dela foi possível organizar o desenvolvimento na região Centro-Oeste, basicamente foi por meio deste órgão que foi possível traçar estratégias para o “crescimento induzido” da região (PIRES, 2000).

Já no fim da década de 1960 surge ainda o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e na década de 1970 o II PND, sobre seus objetivos Pires (2000) expõe que:

[...] o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), ligado ao “Projeto Brasil Grande Potência”, que atribuía importância estratégica ao desenvolvimento agrícola no país. Houve um grande enfoque regional na agricultura, culminando, entre outros, na criação do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), cujo objetivo estava no desenvolvimento econômico do Centro-Oeste e na criação de uma infraestrutura que possibilitasse ao empresário investir na região.

O II PND [...] apresentava, ainda como meta mais importante, a modernização da agricultura. A partir dele, foram criados alguns programas voltados para a região amazônica, como o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), e, para o Centro-Oeste, o Programa Especial da Região da Grande Dourados (Prodegran), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília. A visão predominante indicava que o papel estratégico da agricultura no processo de desenvolvimento seria reforçado com a ocupação das extensas áreas agricultáveis nessas regiões (PIRES, 2000, p. 115).

Novos programas surgem a partir da década de 1970, conforme explica Hogan et al. (2000), apontando que:

A partir da década de 70 foram criados programas específicos para o desenvolvimento da agricultura comercial na região Centro-Oeste, viabilizadas por um aparato institucional que incluiu a SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o Banco do Brasil, dentre outros. Na esfera estadual os programas foram conduzidos por empresas como a EMGOPA – Empresa Agropecuária do Estado de Goiás, a EMPA/MT - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso, e a EMPAER/MS - Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (HOGAN et al., 2000, p. 197).

O INCRA de modo geral, atua em todo território nacional, no entanto, na região Centro-Oeste e Norte, este teve papel fundamental nesse processo de administrar e executar a ocupação, e mais, o órgão estava ligado ainda no que diz respeito à atração de investimento privado para a Amazônia (em sua porção mato-grossense) e também no estado do Pará (ABREU, 2001).

Na década de 1970 a região Centro-Oeste passou por um processo de mudanças internas, sobretudo no que diz respeito na sua base produtiva, houve uma modernização das atividades agrícolas além de uma maior integração da região com as demais, fruto de medidas estatais e de colonizadoras que tornaram a região atrativa (CUNHA, 2002).

O estado de Mato Grosso (assim como outros estados da região Centro-Oeste e Norte) foi colonizado por meio de duas formas a partir da década de 1970, uma delas baseia-se numa colonização particular, enquanto a outra era oficial. Empresas privadas vieram para o estado e incentivaram a ocupação de diferentes áreas, estas são consideradas as colonizações privadas, no entanto, aquela promovida por órgãos e planos do governo federal são os oficiais, como, por exemplo a colonização feita Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT) atualmente extinta e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (ARANHA, 2019).

Acerca da iniciativa privada Hespagnol (2000) explica que:

O governo federal (através do INCRA) continuou implantando projetos de colonização. Entretanto, a partir de meados da década de 1970, ganhou impulso a colonização gerida por empresas privadas, principalmente ao longo da rodovia Cuiabá -Santarém, no Estado de Mato Grosso (HESPANHOL, 2000, p. 13).

Estas empresas privadas de colonização tiveram muito sucesso em suas atividades, as terras por elas administradas eram recebidas a um preço simbólico (muito abaixo do valor correto), dezenas de empresas atuaram na colonização do Mato Grosso (e outros estados do norte do país (HESPANHOL, 2000).

Contudo, torna-se importante destacar que o processo de colonização privado não se baseia apenas em bons frutos que culminaram na criação bem sucedida de vários centros urbanos na região Centro-Oeste e Norte do país, alguns pontos negativos foram evidentes, Abreu (2001) descreve-os explicando que:

[...] O processo em pauta está imbuído do discurso ideológico que omite a desigual estrutura fundiária regional e nacional, bem como a política de contenção de ebulições sociais. Ao deslocar as populações, “esvazia-se a temática”, ao mesmo tempo em que empresas colonizadoras particulares enriquecem, exploram e ainda garantem um exército de reserva, formado por ex-agricultores, ex-colonos, enfim, para as empresas capitalistas que vêm instalar-se com incentivos, para explorar a madeira, os minerais, ou ainda, introduzir os megaprojetos agropecuários, agrominerais e agroflorestais induzidos pelos Programas Especiais (ABREU, 2001, p. 62).

Sobre o acesso desigual à terra, (HOGAN et al., 2000) destaca que os incentivos da SUDAM, por exemplo (anos de 1960 e 1970) criaram condições para o surgimento de fazendas na região Centro Oeste por grandes grupos como por exemplo a Goodyear, Mitsubishi, Swift, Nestlé, Bradesco, Camargo Corrêa entre outros, isto é, o processo de ocupação visto não foi igualitário.

A partir de 1960, a crescente ocupação veio acompanhada de desigualdade, conforme explica Fernandes (2000, p. 02) dizendo que “o modelo de desenvolvimento agropecuário implantado, desde a década de 1960, gerou a intensificação da concentração fundiária”.

A Prodoeste (Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste) e a SUDAM (Superintendência Desenvolvimento Amazônia) foram ferramentas utilizadas pelo governo para incentivar a ocupação da região. Porém, tais incentivos tiveram sucesso, uma crescente ocupação do centro oeste pode ser vista, no entanto, acompanhada de consequências (CUNHA, 2006).

Com base nisto, Cunha (2006) aponta que:

Como consequência desta “colonização acelerada”, ocorreu a multiplicação de diversos novos municípios nas áreas de fronteira, como é o caso do norte de Mato Grosso, os quais sofrem até hoje com a ausência de infraestrutura e serviços. São cidades pequenas, na maioria das vezes com população variando entre 20 e 50 mil habitantes, distantes geograficamente umas das outras (CUNHA, 2006, p. 89).

Com isso, as novas frentes agrícolas somadas ao aprimoramento das técnicas de produção a partir de 1970 geraram uma atração maior das pessoas para a região Centro-Oeste do país que passava a estar mais integrado com as outras regiões (HESPANHOL, 2000).

O mesmo autor supramencionado ainda destaca que:

Nas décadas de 1970 e 1980 a implantação de infra-estrutura viária e de comunicações, o desenvolvimento de pesquisa agropecuária, os baixos preços da terra e os incentivos fiscais e de créditos oferecidos pelo governo federal, possibilitaram uma grande expansão da produção agrícola [...] na região Centro-Oeste (HESPANHOL, 2000, p. 23).

Notoriamente, do ponto de vista geopolítico, a ocupação destas áreas centrais do país era conhecida e encarada pelo governo da época como “espaços vazios” como supramencionado, no entanto além disto estas áreas também tinham importância estratégica, principalmente nas áreas que correspondem a região de floresta amazônica, isto é, a ocupação destas áreas também foi pensada como segurança nacional em âmbito interno e externo atuando como uma

“área escape” onde os projetos de colonização mitigariam os conflitos agrários no Nordeste, Sul e Sudeste (SANTANA, 2009).

Tanto interesse necessita de recursos, conforme explica Santana (2009) apontando que:

Entre as medidas tomadas pelos governos militares podemos citar o incentivo aos grandes projetos na Amazônia. Estes projetos chamam a atenção, pelo volume de verbas que o Estado disponibilizava para estes projetos, destacando-se as áreas de mineração, agropecuária e madeireira. Em 1970 o jornal O Estado de Mato Grosso notícia que, mais de um de bilhão de cruzeiros já haviam sido investidos na Amazônia, desde 1966. Deste montante, o estado de Mato Grosso havia recebido 446,1 milhões de cruzeiros (SANTANA, 2009, p. 04).

Por outro lado, o interesse em expandir a área agricultável estava ligada a necessidade de produzir alimentos, para atender a demanda interna e principalmente a externa, no entanto, quem se beneficiava com isto eram apenas os grandes produtores de grãos (HOGAN et al., 2000).

Torna-se importante destacar que o processo de ocupação do Centro oeste e Norte do país além de não beneficiar os menos afortunados que viriam em busca de melhores condições de vida, também não beneficia as pessoas que já viviam nestas regiões, conforme explica Santana (2009) dizendo que:

Esse “vazio”, ao qual os textos e discursos dos governos militares se referem, nega a existência de mais de 170 nações indígenas, desconhecendo que esse território era terra de ocupação antiga, que abrigava posseiros, garimpeiros, populações quilombolas, entre outros indivíduos. A política dos governos militares para a Amazônia, utilizou o lema “ocupar para não entregar”, como se aquela imensa região fosse um “vazio demográfico” (SANTANA, 2009, p. 03).

O processo de ocupação partindo de Cuiabá a Santarém não foi pacífico, batalhões de engenharia de construção foram encarregados da missão da abertura de vias de acesso, conforme explica Santana (2009).

“O Nono Batalhão de Engenharia e Construção (9º BEC) ficou responsável pelos quase 800 km de estrada em território mato-grossense, e o Oitavo Batalhão de Engenharia e Construção (8º BEC) estava encarregado da abertura da mesma rodovia no território paraense (SANTANA, 2009, p. 06).

Pessoas acompanharam a abertura da rodovia, eram colonos, visionários, posseiros, garimpeiros, grandes latifundiários e afins, todos em busca de melhores condições de vida e/ou riqueza e prosperidade, no entanto, como já havia pessoas instaladas nestes locais o contato não foi pacífico, e o saldo negativo de perdas foi para os povos indígenas da região (SANTANA, 2009).

Basicamente, no cenário atual, a região Centro-Oeste possui uma crescente urbanização, porém, o campo já não é mais o destino final das pessoas que chegam à região. Sobre esta situação Cunha (2006) aponta que:

[...] hoje, particularmente em termos migratórios, está muito aquém daquilo que foi na década de 70 e parte dos anos 80, fruto do progressivo desaparecimento de um dos fatores que mais contribuíram para a sua ocupação: a expansão e/ou manutenção das áreas de fronteira agrícola (CUNHA, 2006, p. 88).

2.3 Histórico do Município de Colíder

As medidas adotadas que culminaram na criação do município de Colíder-MT são anteriores a sua criação oficial. Precisamente em 1970 o governo federal através do Decreto-Lei nº 1.106 instituiu o chamado Programa de Integração Nacional (PIN), cujo objetivo (por meio de obras de infraestrutura) a ocupação do país em especial as regiões Norte e Nordeste do País, na prática, a região norte do Centro Oeste também acabou sendo beneficiada, pois, na primeira etapa do PIN, houve entre outras coisas a abertura de rodovias, entre elas a BR-163 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009).

Sobre o pressuposto Hespagnol (2000) aponta que:

No início dos anos de 1970 foi lançado o programa de integração Nacional (PIN), sendo construídas rodovias como a Transamazônica, a Perimetral Norte e a Cuiabá-Santarém. Ao longo de tais rodovias, principalmente da Transamazônica, foram criados vários núcleos urbanos de colonização oficiais pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), através da doação de lotes a colonos provenientes sobretudo do Nordeste e do Centro-Sul do país. As dificuldades impostas pela exuberante floresta tropical, a distância de mercados e a não implantação de infra-estrutura básica pelo INCRA, concorreram para o fracasso da colonização oficial através do assentamento de pequenos produtores rurais (HESPANHOL, 2000, p. 13).

Em decorrência disto, colonizadoras privadas começaram a atuar. Na prática, além da Colonizadora Líder (responsável pela fundação do município de Colíder), outras empresas privadas foram responsáveis pela criação de vários centros urbanos, Abreu (2001) descreve algumas dizendo que:

[...] é possível citar empresas colonizadoras, como a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, que atuou em Batayporã, Anaurilândia e Bataguassu; a Companhia Moura Andrade, que loteou áreas nas altas bacias dos rios Samambaia, São Bento e Anhanduí-Guaçu e a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO), que atuou em Ivinhema e Glória de Dourados, para destacar as mais expressivas. No Norte, várias foram as colonizadoras instaladas como Rio Branco e Jauru, em Cáceres-MT; Colonizadora SINOP S/A, em Aripuanã e Juruena; INDECO, em Aripuanã, nas Glebas de Paranaíta e Alta Floresta; a CODEMAT, também em Aripuanã entre outras (ABREU, 2001, p. 60).

O espaço urbano da cidade teve início com a chegada dos pioneiros visionários a partir da década de 1970, no entanto, os primeiros habitantes da região eram diferentes povos indígenas, conforme explica Aranha (2019) dizendo que:

Os primeiros habitantes da região foram povos indígenas de etnia Kayabi, que ocupavam as margens do rio Teles Pires (geograficamente conhecido por São Manoel) e Paranatinga. Seus descendentes se encontram atualmente no Parque nacional do Xingu e na Terra Indígena Kayabi, à margem esquerda do Rio dos Peixes na Aldeia Tatuí, em Juara (ARANHA, 2019, p. 17).

É neste contexto de incentivos fiscais e com a abertura da rodovia supramencionada que o início da ocupação do espaço que atualmente corresponde a cidade de Colíder foi iniciado. A criação oficial do patrimônio de Cafezal (como era chamada a cidade inicialmente) ocorreu precisamente a 07 de maio de 1973 (os moradores mais antigos da cidade também usam o nome “gleba cafezal” para referir-se ao nome inicial daquilo que viria a ser a cidade de Colíder), registros apontam que um grande número de pessoas veio de outras regiões a partir do ano em questão atraídos pelas novas frentes agrícolas (IBGE, 2020).

Pode se dizer que a cidade teve seu início planejado, topógrafos vindos do estado do paraná seguindo a abertura da BR-163 realizaram estudos (por meio de voos) para identificar o local onde a Colonizadora Líder (onde Raimundo da Costa Filho era titular) estabeleceria a cidade que estava sendo idealizada. (ARANHA, 2019).

Após o aumento vertiginoso da populao local, o nome "Patrimnio de Cafezal" foi substituído pelas iniciais da colonizadora responsável por organizar a ocupao da área (colonizadora líder), surgindo então o nome Colíder (Co+Líder). Em 1979 por meio da Lei Estadual n. 4.158, criado de forma oficial o Município.

2.4 Os agentes produtores da cidade e a exclusão urbana

Para Corrêa (1989) os agentes que fazem e refazem a cidade são muitos, cada um com seus motivos inerentes, para o autor estes são: os proprietários fundiários (aqueles que detm a terra), os promotores imobiliários (os especuladores), o Estado, os grupos excluídos e por fim os proprietários dos meios de produo.

No entanto, como cada um destes agentes produzem o espaço urbano (suas mazelas e/ou benfeitorias), ainda para o autor supracitado, os donos da terra (descritos como proprietários fundiários) possuem objetivo de obter lucro dela em seu

sentido de troca, isto é, eles a tem não para fins de moradia/uso. No que diz respeito aos promotores imobiliários, estes por estarem envolvidos direta ou indiretamente com operações de financiamento, engenharia e ou com o comércio de imóveis, também produzem o espaço urbano, obviamente para grupos seletos, pois, estes produzem habitações voltadas a negociação e na sociedade capitalista não são todos que conseguem ter acesso ao mercado de terras de forma igualitária. Quanto ao Estado, este organiza a cidade por meio de suas legislações e ações públicas, cabe a ele entre outras coisas fazer (ou não) a regulamentação da terra, definir área de ocupação legal, recolher impostos, oferecer crédito fundiário e infraestrutura básica e de habitação, neste sentido, todas estas ações do Estado constroem a cidade assim como os agentes supracitados.

Corrêa (1989) ainda descreve que os grupos excluídos também produzem a cidade. Por não ter condição financeira que possibilite a inserção no espaço urbano de forma legal, este grupo se instala em locais impróprios e/ou periféricos de forma precarizada, tendo em vista que nestes espaços há deficiência de infraestrutura básica. E no caso proprietários dos meios de produção (que podem ser descritos como donos de grandes empresas), estes por consumirem grandes espaços e serem detentores do capital, estes configuram a cidade, pois, a localização de um grande complexo industrial permite a eles o controle do espaço, permitindo a segregação residencial (devido o valor da terra no entorno de sua posse) que podem tanto atrair certas camadas sociais como expulsar outras.

Desta forma, os produtores da cidade são os responsáveis pela forma que ela assume no espaço. E entender como ocorre a produção e reprodução do espaço é a peça chave para compreender o mundo urbano, novos padrões são observados na cidade, e nela, o capital está intimamente ligado à dinâmica urbana como supramencionado (CARLOS, 2011).

E pensando no contexto da cidade é observado que estas sofreram com aumento populacional ao longo de seu contexto histórico (e diferentes classes produziram o urbano) possibilitando muitas transformações internas. É observado que a procura por um local de moradia (ou forma de uso distinto) gera um aumento do território da cidade, e em decorrência disto existe um “adensamento habitacional” que possibilita a fragmentação espacial (SPOSITO, 1996).

Portanto, quando se verifica o crescimento da malha urbana, Burgess (1970) salienta que não deve ser levado em conta apenas o aspecto físico da cidade, isto é,

o crescimento urbano vem acompanhado de uma série de situações particulares de cunho social. Deste modo, é certo que o aumento da cidade se observa também a intensificação da segregação urbana, pois, o crescimento urbano (dado pelos agentes produtores da cidade) desloca, realoca e classifica os indivíduos.

Isto é, na cidade contemporânea, uma crise urbana é inevitável, o estado não tem controle sobre a ocupação do solo, e o acesso informal à terra pela parcela da população que não consegue de modo formal se dá das mais variadas formas (MARICATO, 2015). E é na cidade produzida por diferentes agentes, a classe pobre claramente é a mais afetada negativamente, e ela pode ser classificada de duas formas, o grupo dos proprietários, que conseguem a posse da terra de alguma forma, e o grupo dos sem propriedades que não possuem posse alguma, dependendo assim de outras formas como aluguel por exemplo, no entanto, ambos os grupos caso inseridos num local ocupado de forma irregular estão à mercê de um processo de segregação, a margem da sociedade que consegue aos moldes do capital, acesso à cidade (SANTOS, 1999).

Sendo assim, conforme exposto por Davis (2008) a construção do espaço urbano pelos agentes que a produzem, revela suas contradições, apesar de unidas em uma malha urbana as classes sociais não compartilham as mesmas oportunidades. As cidades são, portanto, locais de conflitos de classes onde a população pobre precisa lutar por sua sobrevivência como grupo excluído, aparentemente o crescimento da pobreza nas cidades é algo sem solução, mas é necessário meios para minimizar tal acontecimento.

Neste sentido, o mesmo autor supracitado aponta que um dos problemas urbanos mais latentes é a carência habitacional, isto é, o mercado de terras à mercê dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários exclui grande parte da população em decorrência da ausência de condições financeiras destas. Existe, portanto, uma única saída para estas pessoas, o acesso marginal à cidade.

E com base no pressuposto, Santos (1993) defende que a cidade desta forma passa a ter a imagem de “vilã”, por apresentar em sua estrutura uma desigualdade social latente, no entanto, os reais responsáveis por esta conclusão sobre a cidade são aqueles que a condicionam desta forma. Isto é, a problemática urbana revela uma falta de interesse de todas as classes em socializar os problemas urbanos, aqueles que conseguem pagar pelo acesso à terra o fazem sem empecilhos, já aqueles que

não possuem condições para realizar tal feito ocupam áreas periféricas e são estes em grande maioria que lutam pelo direito à cidade.

Neste sentido, o direito à cidade aparentemente é algo de difícil aceitação pela elite urbana que usam o espaço de forma individualista, enquanto isto, os excluídos ocupam áreas periféricas da cidade, vivendo em condições de vulnerabilidade, seja de infraestrutura ou em casos extremos de precariedade de vida, não havendo condições financeiras de se manter nem mesmo nestes locais impróprios havendo algum tipo de carência familiar (MARICATO, 2001).

E ainda sobre os excluídos, no cerne urbano aparentemente as pessoas pobres são invisíveis (não literalmente, estão ali, porém não são vistas), e/ou são ignoradas. Este fato deve-se ao individualismo urbano vivenciado na cidade, isto gera uma consequência grave, há pessoas em condições de extrema vulnerabilidade nas periferias passando por problemas que as classes mais abastadas não querem ver (LACOSTE, 1990).

E sobre a situação do menos favorecido na cidade, Negri (2008) aponta que:

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital (NEGRI, 2008, p. 136).

Porém, sobre o motivo disto o mesmo autor supramencionado discorre que:

Mas por que isso acontece? Acontece porque a maioria dos investimentos públicos é voltada para os bairros da classe de mais alta renda e, como os bairros da classe de baixa renda localizam-se em sua maioria longe do centro e das classes altas, os investimentos públicos acabam chegando – quando chegam – de maneira bastante precária. E isto se reflete nos índices de instrução, de saúde, entre outros (NEGRI, 2008, p. 136).

Sendo assim, a segregação social não se limita apenas ao âmbito residencial (espaço físico da cidade) separando o “rico do pobre”, ela está ligada ao abstrato como a ação do Estado, e além do pressuposto, é visto que a segregação distância as classes numa escala maior, nutrindo um pré-julgamento sobre a cidade, onde existe lugares ruins (não seguros) e bons (seguros). Naturalmente devido ao baixo investimento do poder público em áreas mais pobres, criando condições para índices de violência maiores, no entanto não deve ser visto como regra geral (SOUZA, 2009).

2.5 A terra como mercadoria: o mercado fundiário e a ação do Estado

A cidade tem suas formas, estruturas e funções, no entanto, para os indivíduos que nela vivem aparentemente se interessam em suprir suas necessidades individuais, e isto só pode ser feito se a condição social for adequada, do contrário financeiramente estando longe daquilo que se deseja e merece o indivíduo se encontrará à mercê dos interesses e imposições alheios como o mercado de terra e o Estado (LEFEBVRE, 2016).

E nas cidades brasileiras, o processo de urbanização é desigual, a construção do espaço urbano não considera as condições particulares de todos os que estarão envolvidos na produção do espaço urbano (DUMONT, 2014).

Neste sentido, o mesmo autor supracitado aponta que a cidade pode ser entendida como um local de disputas (servindo aos moldes do capitalismo) em constante construção e desconstrução, áreas outrora ocupadas por uma população economicamente vulnerável passa a ser habitada por outras de acordo com a condição imposta pela especulação imobiliária e/ou ação do estado que atua como agente regulador do acesso à terra, e a ação dos detentores da terra urbana representa um obstáculo aos direitos sociais como a habitação, pois, é observado em muitos casos que investimentos públicos são destinados ao mercado imobiliário desconsiderando a população crente por serviços básicos. Sendo assim, existem, portanto, como duas, a cidade legal (espaço dotada de planejamento, padrões pré-estabelecidos, e infraestrutura adequada a uma boa condição de vida) e a cidade ilegal (lugar sem planejamento e infraestrutura básica), e cada local destes refletem na estrutura física as condições dos habitantes que nelas residem existindo na cidade formas desiguais.

Sobre estas formas desiguais, Dumont (2014) ainda destaca que:

[...] Numa mesma cidade, o ritmo de transformações decorrentes do crescimento urbano pode gerar formas desiguais de uso e organização do seu espaço. Tal estruturação se dá sob a ação do conflito de classes em torno de vantagens e desvantagens do espaço urbano, sob a segregação sócio-espacial da cidade, sob a junção entre força de produção e reprodução da força de trabalho (DUMONT, 2014, p. 132).

Neste sentido, Suriano e Reschilian (2012) confirmam tal premissa apontando que em nossa sociedade urbana, é possível observar situações onde elementos naturais são postos como comercializáveis aos homens, portanto, observa-se a terra sendo tomada como mercadoria à mercê do capital.

Neste sentido, entender como é feito o acesso à terra é algo de extrema valia. Suriano e Reschilian (2012) destacam que:

É preciso entender porque o papel da aquisição da terra, do processo de urbanização e da industrialização é tão importante, para que se possa entender a forma de organização do território. E, derivado desse processo em escala global, perceber como esses elementos foram fundamentais para a configuração, em países periféricos, como o Brasil, do padrão de urbanização que consagrou a lógica da segregação socioespacial que ocorreu nas cidades brasileiras (Suriano; Reschilian, 2012, p. 191).

Portanto, a terra quando transformada em um item (como mercadoria) fez com que ela obtivesse valor à mercê do capital (variando de acordo com a infraestrutura que a cerca), e este valor não condiz com os ganhos reais da população de baixa renda em muitos casos, não havendo opções de moradia a ocupação de áreas periféricas ganha força e alimenta a segregação socioespacial (VILLAÇA, 1998). E o acesso à moradia digna não se resume apenas na vontade, no mundo capitalista para tal é necessário pagar e sobre esta premissa Sposito (1996, p. 73) aponta que “a possibilidade de acesso à moradia, por exemplo, está subordinada ao nível salarial”.

E a terra (pela ação daqueles que a detém) possui múltiplos usos, no entanto, a cidade não é algo acabado, ela está em constante transformação, porém pensar no espaço urbano é pensar em algo que foi construído de forma desigual (SPOSITO, 1996).

Desta forma, Negri (2008) explica que:

Cada vez mais a cidade é lugar de atuação dos agentes de produção do espaço. Uma vez humanizados, esses espaços refletirão na sua arquitetura e na sua organização o padrão de desenvolvimento da complexidade das relações sociais. Este padrão ocorre por meio da segregação socioespacial, também denominada de segregação residencial da sociedade, principalmente por meio da diferenciação econômica (NEGRI, 2008, p. 130).

Portanto, quanto mais se produz o espaço urbano mais o preço da terra se eleva, garantindo assim a posse destes espaços por apenas aqueles que possuem condições de posse aos moldes do capital. A valorização expulsa os financeiramente a camada mais vulnerável para a outra face do urbano, as áreas periféricas (RODRIGUES, 2007).

Sobre o valor da terra Rodrigues (2007) explica que:

Quanto mais cidade se produz, na lógica do capital, maior o preço da terra e das edificações. A cidade-mercadoria, a mercadoria terra e unidades edificadas não obedecem à lógica da produção de objetos. O preço da terra e da cidade aumenta mesmo quando numa determinada porção de seu território não há nenhum trabalho produtivo direto (o que explica a especulação em terras vazias) (RODRIGUES, 2007, p. 80).

Isto é, basicamente a especulação imobiliária é um mecanismo que garante a expansão da área urbana, atuando diretamente sobre quem terá acesso à terra, ela garante o valor e serviços que determinada área possuirá, sendo assim, o acesso à terra não é algo de necessidade social e sim algo que obedece a lógica do capital (CAVALCANTI, 2007).

Sendo assim, a especulação imobiliária ao zonear a cidade e estabelecer os critérios de ocupação passa a atuar como agente segregador, uma vez que se sabe que não serão todas as pessoas que conseguirão ocupar determinada área (SOUZA, 2005).

Deste modo, é seguro afirmar que esta especulação no setor imobiliário tem seus interesses, e isto fortalece a crise habitacional, basicamente ela acaba conduzindo os pobres para áreas desprovidas de condições adequadas para moradia, há uma periferização dos mais pobres, portanto, o controle do acesso à terra é o principal responsável pela segregação (SANTOS, 1993).

Sobre os interesses do setor imobiliário supramencionados, Sposito (1999) aponta que:

Interesses fundiários e imobiliários têm impulsionado as cidades a um constante processo de extensão de suas áreas. O crescimento territorial urbano dá-se através da produção de novas locações urbanas (ao menos no plano jurídico) que ao se apresentarem no mercado, alteram o preço de todas as outras locações. A tendência à abertura de novos loteamentos, num ritmo maior do que o crescimento populacional nas cidades brasileiras, provoca o aumento do número de terrenos não edificadas, ilustrando essa lógica (SPOSITO, 1999, p. 16).

No entanto, torna-se interessante entender o estado no arranjo da cidade. Cabe a ele, além de controlar o acesso à terra por meio de legislação dar suporte com infraestrutura e serviços básicos aos habitantes da cidade legal e ilegal. O estado possui controle sobre o espaço urbano, e ele pode ser considerado como um agente responsável pela “limpeza social”, uma vez que a legislação e normas são estabelecidas por ele, no entanto o estado não possui consciência própria, tão pouco é algo “vivo”, este é controlado, e o grupo de pessoas que detém o controle do estado não é o cidadão da periferia (VASCONCELOS; CORRÊA; PINTAUDI, 2013).

Contudo, no caso de proporcionar a uma região periférica toda uma infraestrutura estará indiretamente dando condições para haver uma especulação imobiliária que não irá beneficiar o vulnerável economicamente. No entanto, cabe ao

estado fornecer subsídios para uma melhor condição de vida da população, neste sentido, não necessariamente seria o estado responsável pela segregação, porém indiretamente ele está ligado a isto, e caberia a ele impedir a expulsão da classe vulnerável de um ambiente (RODRIGUES, 2007).

O estado assim, pode ser descrito como um agente de organização espacial (sua atuação é complexa) podendo agir direta ou indiretamente na dinâmica urbana, o estado pode entre outras coisas desapropriar e/ou regulamentar uma posse, cobrar impostos ou investir numa na cidade (este último, um item que é de obrigação). O estado ainda pode ocorrer em três vertentes, municipal, estadual e federal (CORRÊA, 1989).

Com isso, é evidente que cabe ao estado a fiscalização da ocupação do espaço urbano. Entretanto, considerando a existência da divisão de classes na sociedade, associar o estado aos interesses privados não é difícil, o estado pode atuar para interesses particulares. Sendo assim o estado deveria assumir uma postura democrática, que beneficie todos os envolvidos na produção da cidade, buscando a partir daí soluções para mitigar os problemas socioespaciais (RODRIGUES, 2007).

Sobre a ação do estado no que tange o espaço urbano Sposito (1996) diz que:

A nível intra-urbano, o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos, pois é preciso valorizar as áreas. Os lugares de pobreza, os mais afastados, os mais densamente ocupados vão ficando no abandono (SPOSITO, 1996, p. 74).

Quando se tem uma área desprovida, ou em abandono como o autor supramencionado menciona, ela é associada geralmente como sendo regiões periféricas, onde a população não possui condições financeiras suficientes para ocupar áreas centrais de um espaço urbano, este fato justifica-se pela presença certa de toda uma infraestrutura onde a classe mais abastada vive. No entanto, ao inserir no espaço periférico uma infraestrutura isso pode ocasionar a expulsão dos menos afortunados para novos locais segregados.

Neste sentido, Rodrigues (2007) expõe que:

Porém, a implantação de infra-estrutura, via de regra, aumenta o preço da terra, "valoriza" o lugar, expulsa os trabalhadores para áreas mais distantes e precárias, principalmente, os que estão fora da legalidade jurídica. A presença e ausência do Estado para a criação de condições de reprodução no urbano, são inerentemente contraditórias (RODRIGUES, 2007, p. 78).

3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

Colíder é um município localizado na porção norte do estado de Mato Grosso, possui um território de 3.112,091 km², sob coordenadas geográficas: latitude: 10° 48' 19.08" sul, longitude: 55° 27' 23.22" oeste (tendo o edifício da prefeitura do município como ponto de referência), em área de bioma amazônico, a uma distância de 650 km da capital do estado, Cuiabá.

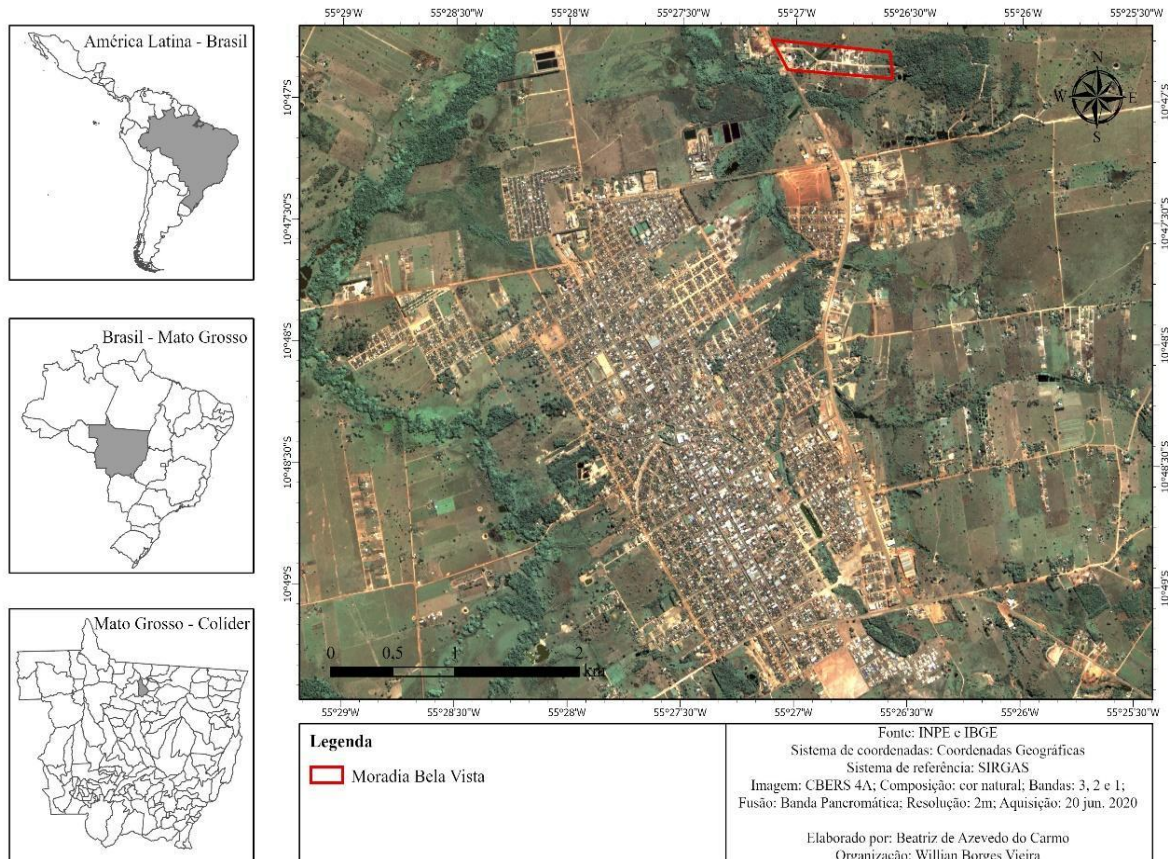
O município de Colíder localiza-se numa altitude de aproximadamente 260 metros, dentro da chamada Amazonia Legal, numa área cratônica (o chamado Cráton Amazônico), na depressão Norte de Mato Grosso, sob clima equatorial. Quanto à hidrografia, o município se encontra na Bacia amazônica, cujo solo se classifica como Neossolos e seu relevo pode ser descrito como ondulado. E, apesar da baixa potencialidade agrícola, observa-se o avanço da fronteira de produção de grãos para as proximidades do município (MIRANDA; AMORIM, 2001).

Dados coletados no último censo demográfico do Brasil, executado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, apontam que o município tinha uma população estimada de 30.864 pessoas (9,95 hab/km²), onde 25.065 residiam no perímetro urbano do município, enquanto 5.799 viviam no campo, sendo a população essencialmente urbana, no entanto, as projeções para 2020 estimam uma população de 33.649 pessoas. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de aproximadamente 0,713, considerado alto. Quanto a economia do município é baseada na agropecuária, em especial à produção pecuária bovina, seguida da pecuária leiteira e produção agrícola familiar, além de comércio e indústrias de pequeno porte (IBGE, 2021).

Neste espaço que compõe a cidade, o objeto de estudo corresponde ao loteamento Moradia Bela Vista, próximo ao perímetro urbano da cidade de Colíder, mas não pertencente de forma legalizada ao espaço urbano. O loteamento ocupa uma área anteriormente ocupada por uma propriedade rural. Tornou-se loteamento, abrigando aproximadamente cinquenta famílias, não estando em acordo com as especificidades de um loteamento urbano descrito no Plano Diretor do Município. Contudo, se este não se caracteriza como bairro urbano legalizado, sua proximidade com a cidade e sua configuração de ocupação por parcelamento remete a uma urbanidade precária.

No loteamento em questão, há problemas de ordem social, assim como a existência de um processo de segregação latente em relação à cidade de Colíder, o que nos motivou para a presente pesquisa. Os limites municipais, espaço urbano assim como o loteamento Moradia Bela Vista podem ser observados na figura de localização.

Figura 01 - Mapa de localização do loteamento Moradia Bela Vista



Fonte: Organizado pelo autor (2021).

3.2 Procedimentos metodológicos

Como método de abordagem, esta pesquisa toma por subsídio o materialismo histórico e dialético. Para Lakatos e Marconi (2003), este método é baseado na investigação, por meio dele acontecimentos históricos e sua influência na atualidade (culturais de diferentes épocas) podem ser compreendidos, portanto, para entender o presente é necessário analisar os diferentes períodos de formação do objeto de estudo, agregando, assim, legitimidade a ele. Para as autoras, o método considera o objeto de estudo como algo concreto, porém em movimento passível de constante

mudança. Deste modo, o método pode ser aplicado em pesquisas de cunho social por abordar os aspectos da realidade por meio da análise histórica.

Nesta premissa, analisando a importância do materialismo histórico e dialético considerando o objeto como algo concreto, tem-se a contribuição de Lefebvre (2013) o qual defende que:

[...] considerando o objeto de uma maneira concreta e com uma existência concreta, observando o seu significado. A partir desse ponto, observam-se os determinantes históricos de relacionamento do objeto em sua totalidade. No curso do desenvolvimento histórico avalia-se o que foi incorporado e envolvido no objeto. Analisa, então, o que foi modificado e transformado. A análise permite reencontrar o movimento real em seu conjunto, portanto o expõe e compreende a totalidade concreta vigente na atualidade, isto é, a estrutura atual. O conhecimento dessa totalidade, através de seus movimentos históricos e de seu devir, é um resultado do pensamento (LEFEBVRE, 2013, p. 37).

Aprofundando no método de abordagem, a presente pesquisa irá “conversar” com o pensamento marxista, pois, interpreta o homem e seu conjunto (a sociedade) enquanto produto destes, portanto, as interações e atividades sociais são por eles definidas e o meio natural o completa. Pensando na cidade por meio desta ótica a segregação nela existente pode ser interpretada como consequência da ação do homem sobre o espaço. Partindo desta lógica, considerando a segregação social no urbano, as classes excluídas não devem ser interpretadas como as responsáveis por sua própria condição. Marx propôs uma visão que “inocenta” a classe, defendendo que o futuro de uma sociedade depende de fato da ação dos sujeitos, porém, o desejo ou intenção de um grupo social não se sobrepõe ao que foi estabelecido pelos agentes que controlam os processos sociais. Assim, pensando a cidade nesta perspectiva, as classes excluídas vivem na condição imposta pelos detentores do capital urbano, isto é, aqueles que controlam o acesso à terra. Entender a cidade, portanto, sua estrutura e arranjo por meio desta perspectiva e apoiada neste método, nos dá a possibilidade de um acercamento mais profundo à realidade socioterritorial encontrada. (MARX, 2004).

Desta forma, conforme explica Fernandes (1984), o materialismo histórico dialético é um método que trata da realidade material e suas modificações, indo de encontro com a concepção marxista baseada na produção material condicionada na vida social, sendo assim, pode-se utilizar este método para entender a história bem como as lutas sociais, pois este revela as complexidades histórico-social de um grupo,

possibilitando contemplar assuntos políticos e econômicos que envolvem o meio urbano.

E, partindo da ideia de que existe um materialismo histórico e uma dialética, ambos atuam em conjunto para compreensão espacial quando considerados juntos. Com base no pressuposto, o materialismo histórico pode ser utilizado para análise da construção urbana, uma vez que a cidade pode ser considerada como algo produzido de diferentes modos no contexto histórico.

Sendo assim, Badiou (1979) detalha o materialismo histórico, dizendo que:

Detalhando um pouco mais podemos dizer que o materialismo histórico tem por objeto os modos de produção que surgiram e surgirão na história. Estudar sua estrutura, sua constituição e as formas de transição que permitam a passagem de um modo de produção para outro (BADIOU, 1979, p. 34).

Já o materialismo dialético, pode ser interpretado como uma ferramenta que visa entender como ocorre as relações sociais, no entanto, o ser social é responsável pela produção daquilo que é material, por isto o nome "materialismo", enquanto o "histórico" se ocuparia destas manifestações considerando o contexto histórico. Sendo assim, a dialética marxista, que pode ser interpretada como método do materialismo histórico, acaba sendo considerada como um instrumento lógico, que irá possibilitar a interpretação da realidade por meio da contextualização histórica da cidade de Colíder-MT, fazendo a interpretação da cidade e sua relação com os elementos que a constroem. Neste sentido, o materialismo histórico e dialético considera as diferentes práticas, expondo a realidade e identidade do objeto de estudo (BADIOU, 1979).

Quanto aos demais procedimentos, a presente pesquisa será desenvolvida em três fases: a primeira corresponde à atividade de gabinete, isto é, o levantamento bibliográfico responsável por fundamentar aquilo que se almeja encontrar; a segunda fase corresponde a atividade in loco, ou seja, o campo, onde as informações reais sobre o local de estudo serão colhidas e, por fim, a terceira fase refere-se à análise das informações obtidas e a discussão destas.

Desta forma, a pesquisa bibliográfica será amplamente utilizada, fazendo-se presente do início ao fim da pesquisa. Por meio desta, se tornará possível construir uma base teórica para explicar o objeto de estudo tendo como base situações semelhantes (como por exemplo entender a cidade e seu processo de construção, o capital e Estado) por meio da análise de materiais já publicados em livros, revistas e

jornais (mídia física e/ou digitais). Etapa essencial, pois o contato com o que foi publicado proporciona não só um embasamento teórico, mas sim uma ferramenta que possibilita a existência de um enfoque mais profundo sobre o objeto de estudo (GIL, 1994). Desta forma, será possível entender o processo histórico da produção da cidade e sua identidade, havendo possibilidade de identificar o processo de autosegregação e/ou segregação imposta no residencial Bela Vista.

Portanto, a pesquisa bibliográfica será a principal responsável por apresentar respostas sobre como ocorre o processo de constituição de um bairro como o “Moradia Bela Vista” e seus agentes construtores que poderão também serem identificados com a ida *in loco*.

A pesquisa a campo se caracteriza como algo de grande importância. Por meio dela, será possível coletar informações direto na fonte, tendo em vista que dificilmente algum documento ou material teórico conseguiria oferecer uma vasta gama de informações que só a pesquisa *in loco* pode proporcionar ao pesquisador (GIL, 2008). E o campo possibilita ainda a aplicação de interlocução, através de questionários aos moradores do loteamento. Estes serão aplicados a todos os chefes de família no Loteamento Bela Vista, portanto, existe um roteiro de questões pertinentes que serão respondidas pelo questionado visando reunir informações socioeconômicas sobre os moradores. Sendo assim, a aplicação de questionário aos moradores compreende um importante momento de coleta de informações.

Além da aplicação do questionário, haverá na atividade de campo, a execução de entrevistas com moradores selecionados (também com perguntas baseadas em roteiro), afim de compreender melhor a dinâmica existente no local. Sendo assim, torna-se importante destacar que suas atividades cotidianas serão interrompidas durante a aplicação de questionários/entrevistas, por possivelmente ocorrer em momento indevido, fazendo o questionado se incomodar com a duração da pesquisa, que tem previsão de 30 minutos, aproximadamente. Portanto, para reduzir algum desconforto existente, para contato com o interlocutor, será escolhido um ambiente com condições favoráveis, onde as questões só serão respondidas por livre e espontânea vontade podendo (o questionado/ entrevistado) a qualquer momento optar por não responder caso não se sinta à vontade. Quanto a assuntos transversais sem coerência com o objetivo da pesquisa, estes serão desconsiderados. Portanto, o pesquisador responsável assume que os sujeitos da pesquisa não serão identificados

em qualquer das formas de divulgação do estudo e de seus resultados, preservando, assim, o anonimato dos mesmos.

Sobre as técnicas de coleta de dados utilizando de questionamentos aos habitantes de um determinado espaço, Gil (1994) aponta que:

As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 1994, p. 76).

Assim, o objeto de estudo pode ser contemplado em sua essência, e em paralelo ao campo será realizada a observação direta intensiva, um olhar de cunho científico para o objeto de estudo. Assim, os resultados obtidos por estes meios foram os mais próximos da realidade, pois se trata de uma pesquisa intimamente ligada ao conhecimento pessoal e de quem vive no espaço, objeto de estudo (MARCONI e LAKATOS, 2010).

Além do pressuposto, como complemento aos questionários aplicados aos moradores do loteamento, para o desenvolvimento desta pesquisa será utilizada a entrevista compreensiva que possui um roteiro previamente elaborado com perguntas pertinentes. Pois, esta pode ser entendida como um caminho para a compreensão de uma situação, fruto da necessidade de se encontrar caminhos para a investigação. Ferreira (2014, p. 98), a descreve dizendo que “a entrevista compreensiva se trata de uma técnica qualitativa de recolha de dados que articula formas tradicionais de entrevista”, ou seja, pode estar ligada a aquela usual, porém, possui algumas particularidades.

Sendo assim, a entrevista compreensiva pode ser entendida como uma ferramenta abstrata para compreensão profunda de uma situação social, caracterizada como uma abordagem qualitativa. A entrevista compreensiva coloca o entrevistado numa posição de destaque, onde este apresenta a realidade que apenas ele consegue descrever, algo que não é possível fazer apenas observando de forma direta o local de estudo, desta forma, com base nas informações que serão colhidas e aparadas pelos caminhos supramencionados, será possível compreender como o capital define a forma de apropriação do espaço, analisando a situação do entrevistado bem como o ponto de vista dele com relação às ações do Estado.

Assim, a entrevista compreensiva pode ser encarada como um complemento à atividade de campo, conforme explica Kauffmann (2013, p. 40), defendendo que “o entrevistador está ativamente envolvido nas questões, para provocar o envolvimento do entrevistado” e pode voltar novamente ao diálogo com os interlocutores, assim que dúvidas surgirem, desta forma, busca-se aprofundar o entendimento do objeto de estudo a partir do real vivido.

E sabendo que o método qualitativo compreende um arranjo de técnicas que tem como objetivo explicar algo que não pode ser “contado ou enumerado” evidentemente ligado a questões sociais, utilizar a entrevista compreensiva irá revelar algo de extrema necessidade, levando em conta o recorte espaço-temporal onde há um objeto de estudo repleto de significado e pertencimento (NEVES, 1996).

E sabendo que é necessário estar aberto a novas perspectivas, captando a realidade de um objeto, partindo do ponto de vista de outra pessoa, isto só será possível por meio da entrevista compreensiva, pois nela os valores e a própria fala dos sujeitos podem ser captados, dando assim, sentido e importância para seu comportamento social (WEBER, 2001). Por isto, pela necessidade da compreensão dos aspectos relacionados à condição de vida dos moradores do loteamento Bela Vista poderá ser alcançado no tocante à situação estrutural que os fez habitar tal espaço.

No entanto, Neves (1996) ainda defende que a entrevista compreensiva por si só não basta. As informações obtidas devem também estar ligadas aos demais métodos de pesquisa adotados, e somente desta forma será possível dar “validade” ao que foi coletado a campo, por isto a importância de se adotar para a pesquisa o uso de registros fotográficos. Portanto, será feito registro fotográfico das vias do bairro e das residências, para desta forma, ilustrar a situação vivida pelos moradores do bairro.

E sobre eles, Guran (2012, p. 67) definiu que “as fotografias, portanto, podem funcionar como instrumentos de investigação”. E sabendo disto, o pesquisador precisa ter ciência de que investigar é fundamental para compreender a essência de um objeto ou fenômeno. Sendo assim, a fotografia pode ser entendida como uma ferramenta que captura uma perspectiva no tempo, podendo ser compreendida como uma técnica de diagnóstico, e no campo social registrando a vivência, e em paralelo com a entrevista compreensiva, a fotografia tornou-se uma forma de observação lógica de ocupação do sujeito no espaço (DUARTE, 2004).

Desta forma, Bauer e Gaskell (2015) defendem que pesquisas que se utilizam de fotografias possibilitam que o mesmo objeto de estudo pode ter múltiplas concepções dentro de um eixo temático, isto é, novas conclusões podem ser analisadas sempre por outro ângulo. Portanto, nesta pesquisa que possuiu como foco o meio social, o conteúdo de uma imagem depende de como ela for percebida.

Com base nisto, Rios et al. (2016) destacam que:

A importância de pensar a função da imagem, o porquê de sua produção e para que tem servido a veiculação das imagens é fundamental quando utilizada como fonte para estudo, como objeto de pesquisa ou de conhecimento, de modo a contextualizá-la histórica e culturalmente (RIOS et al., 2016, p. 104).

Ainda sobre a importância da fotografia, Guran (2012) expõe que:

Uma fotografia pode ser o ponto de partida de uma reflexão antropológica ou o resultado dessa reflexão. No entanto, jamais poderá se constituir na própria reflexão em si, já que a fotografia, por natureza, é eminentemente descritiva, sem prejuízo das suas dimensões simbólicas e opinativas. Ela descreve, representa ou até mesmo interpreta tudo o que pode ser visto e somente isso, ficando fora do seu alcance a apresentação de conceitos, ideias e processos de raciocínio (GURAN, 2012, p. 64).

O mesmo autor supracitado defende que pode-se interpretar o uso da fotografia como sendo um complemento à pesquisa, pois, o olhar do pesquisador já encontra-se aguçado pelo objeto de estudo pelo conhecimento obtido em materiais teóricos, no entanto, destacar o mundo visível por ele observado se dará apenas com o uso de fotografia, onde elas vão atestar aquilo que se defende em teoria, desta forma, registros fotográficos podem ser descritos como o “resultado” visível de uma reflexão, um apoio para outros métodos de coleta de dados (GURAN, 2012).

Portanto, o campo, aplicação de questionários e registro fotográfico do bairro, irão fornecer informações necessárias para descrever como socioeconomicamente (e ainda, se trata-se de um bairro segregado ou auto segregado) se encontra a população, além de proporcionar dados acerca do grau de urbanização existente.

5 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se apresentar com a pesquisa, por meio da análise de surgimento da moradia Bela Vista a existência de uma problemática urbana, isto é, a existência de uma cidade fragmentada, palco da disputa pelo acesso à terra. Assim sendo, concordando com Corrêa (1989) quando este expõe que produção e reprodução do espaço urbano tem sido algo complexo e variável no contexto histórico propiciando a existência de espaços urbanos excluídos. Com base nisto, espera-se compreender que o processo de formação de conjunto social é um fator determinante para a definição da estrutura heterogênea social da cidade.

Portanto, será necessário realizar uma reflexão sobre a gênese do objeto de estudo, e levando como base sua posição e característica no espaço, este ambiente concorda com a descrição do urbano de Santos (1996), quando este descreve o conjunto humano como algo que se organiza por meio das estruturas já existentes do espaço mudando e/ou se adaptando constantemente em decorrência de fatores distintos. Desta forma, espera-se interpretar por meio da pesquisa que a Moradia Bela Vista como sendo o resultado da ação de agentes produtores da cidade tendo em vista que a cidade é algo dinâmico, e na cidade atual tais mudanças são regidas pelo capital, espera-se, portanto, compreender como os agentes produtores do espaço criaram condições para que o objeto de estudo se formasse.

Sendo assim, é necessário entender como o Estado contribuiu para que o objeto de estudo se formasse, pois, como um dos agentes que atuam na produção e reprodução do espaço este tem relação com a situação atual da localidade (direta ou indiretamente) condicionado ou não pelo capital, detentores de terra ou agentes imobiliários. No entanto, ao analisar a realidade local, será necessário considerar que o acesso à terra se trata de uma relação de dependência mútua, desigual e em muitos casos perversa. Isto é, considerando a terra sendo tomada como mercadoria, cria-se uma sociedade antagônica, cercada de contrastes onde a sociedade excluída depende daquelas abastadas e vice-versa (SPOSITO, 1996).

Com base no pressuposto, sabe-se que a cidade se modifica por agentes idealizadores do espaço, sendo assim apresentar a Moradia Bela Vista na cidade de Colíder como periferia, daria legitimidade em considerar a cidade como *locus* das particularidades, havendo possibilidade além da identificação de um processo ativo de criação de periferia, a existência de um conflito e exclusão social e/ou auto-exclusão de uma parcela da população para a periferia ou uma inclusão forçada,

concordando com Maricato (1994), quando o autor afirma existir uma inclusão urbana forçada pelas regras do capital.

Para tal, será necessário apresentar a localidade dentro da ótica do urbano devido sua proximidade com a cidade e pelo fato de seus moradores exercerem suas atividades no ambiente urbano (mesmo que a Moradia Bela Vista não se trata essencialmente de um bairro urbano). Após entender por meio da coleta de informações a campo como o loteamento foi criado, suas características bem como estrutura social será possível compreender se há de fato um processo de segregação imposta, induzida e/ou se trata-se de um grupo autosegregado. No entanto, em todos os casos será possível qualificar a localidade como parte da cidade onde há conflitos sociais contemporâneos, pois, sabe-se que pensar em urbano é pensar no sujeito, que utiliza a terra para diferentes meios e para distintas funções, seja residencial, recreativa ou comercial, mas em todos os casos à mercê do capital (CORREA, 1989).

Ou seja, se o loteamento pode ser interpretado como ambiente de segregação, a pesquisa buscará descrevê-la, pois, é plausível que exista uma situação de submissão deste espaço ante a cidade, pois sua existência foi condicionada.

Sobre isto, Corrêa (1995) define a influência da classe rica, expondo que:

[...] na medida em que ela pode efetivamente selecionar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da população: irá habitar onde desejar (...) segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras (...), direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano (CORRÊA, 1995, p. 64).

Portanto, sabe-se que um estreitamento amigável entre as classes sociais não é algo que se espera encontrar, pelo contrário, as classes se repelem violentamente se necessário. O comportamento e estilo de vida de classes distintas torna impossível este fato, pois, é isto que a cidade é, um espaço onde classes sociais distintas coexistem, mas não se misturam (VILLAÇA, 1986).

Elucidar esta problemática acerca do loteamento torna-se relevante, no entanto, diversas questões surgem e são pertinentes, a título de exemplo, como está caracterizado o acesso a serviços básicos e como a classe mais vulnerável e como eles se locomovem? (tendo em vista que apesar de não ser um bairro urbano este é totalmente dependente do espaço urbano e sua estrutura física é a mesma de um bairro intra urbano) no sentido da distância percorrida em busca

do trabalho, mercadorias, serviços (educação, saúde, segurança, comércio) ou até mesmo lazer? Questões como esta são válidas, pois a longa locomoção diária comprova a segregação e coloca classes opostas em contato pela dependência.

Portanto, entender a dinâmica que rege a Moradia Bela Vista em Colíder é algo de interesse social, pois, os pressupostos concordam com o que Villaça (1998) descreve, apontando que o lugar de vivência do indivíduo é entendido como um conjunto de relações entre homem e o próprio espaço, ou seja, as modificações boas ou ruins nada mais são do que as consequências das relações existentes, intimamente ligadas às forças produtivas. Sendo assim, espera-se com a pesquisa criar um alerta sobre o que a cidade é, um mosaico de heterogeneidade e dependência criado pelos agentes produtores da cidade que podem tanto incluir quanto excluir.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense (contexto, propósitos e contradições)**. 2001. Tese (Doutorado em geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, 323 p.

ALFREDO, Anselmo. Uma abordagem sobre a problemática espaço-temporal no capitalismo contemporâneo. In: **Boletim Mineiro de Geografia** n.13. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/12828410/Uma_Abordagem_sobre_a_Problem%C3%A1tica_Espa%C3%A7o-Temporal_no_Capitalismo_Contempor%C3%A2neo. Acesso em: 23 jul. 2021.

ARANHA, Elias Alves. **Colíder a cidade e sua formação histórica**. São Paulo: Recanto das Letras, 2019.

BADIOU, Althusser. **Materialismo Histórico e Materialismo Dialético**. São Paulo: Global editora e distribuidora LTDA, 1979.

BAUER, Martin W; GASKELL. George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília (DF): UCG/Codeplan, 1988.

BURGESS, Ernest W. O crescimento da Cidade: Introdução a um projeto de pesquisa. In: PIERSON, D. **Estudos de ecologia urbana**. São Paulo: Martins, 1970.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade e a Organização do Espaço. **Revista do Depto. de Geografia da USP**, São Paulo, n.1, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. FFLCH. São Paulo: 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cidade e vida urbana: a dinâmica do/no espaço intra-urbano e a formação para participação em sua gestão. In: PAULA, Flávia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza (orgs.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Vieira, p. 10-27. 2007.

CAZAROTTO, Rosmari Terezinha. Leituras de Friedrich Ratzel na produção geográfica brasileira contemporânea. **Boletim Gaúcho de Geografia**, N° 30, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37486>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço**: um conceito chave na Geografia. In: CASTRO, I. E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R, L. Geografia Conceito e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1984.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a06.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **A migração no Centro-Oeste Brasileiro no Período 1970/96**: o esgotamento de um processo de ocupação. Campinas: NEPO, 2002.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2-5SF/Sandra/Entrevistas%20em%20pesquisas%20qualitativas.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. Segregação sócio espacial e a recente política urbana e habitacional nas cidades brasileiras. **LEVS**, Marília, n. 13, p. 129-145, 2014.

FERNANDES, Florestan. (Org.) **K. Marx, F. Engels**. História. 2 ed. São Paulo: Ática, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação como forma de acesso à terra**: A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Vítor Sérgio. Artes e Manhas da Entrevista Compreensiva. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 261-274, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2014.v23n3/979-992/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Programa de Integração Nacional (PIN)**. Rio de Janeiro, 2009.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. A Marcha para Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingu. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. **Anais**. São Paulo, jul. 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

Guran, Milton. **Documentação fotográfica e pesquisa científica**: notas e reflexões. Rio de Janeiro: Funarte, 2012.

GUIMARÃES, Marcelo Duncan Alencar. **Os colonos de Rio Claro**: estudo de uma colonização no norte do Mato Grosso. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Embrater, dez./1988.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, Niterói, vol.14, n.28, p.8-39, 2012.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. In: Agricultura, Cidade e Análise Regional. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente / São Paulo, AGB, julho de 2000, p.07-26. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7290>. Acesso em: 19. Jan. 2021.

HOLZER, Werther. A geografia humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, Edição Comemorativa, p. 137-147, 1993-2008.

HOLZER, Werther. O lugar na Geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v.4, n. 7, p. 67-78, jul.-dez. 1999.

HOGAN, Daniel Joseph.; CARMO, Roberto Luiz do.; CUNHA, José Marcos Pinto da.; BAENINGER, Rosana. **Um Breve Perfil Ambiental da Região Centro-Oeste**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Colíder*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/colider/panorama>. Acesso em: 15 março. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Histórico do Município de Colíder-MT*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/colider.pdf>. Acesso em: 19 de dez. 2020.

KAUFFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisas de campo. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

LAKATOS, Eva.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**: Técnicas de pesquisa. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento**. 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

LEITE, Cristina Maria Costa. **O Lugar e a Construção da Identidade**: Os significados construídos por professores de Geografia do Ensino Fundamental. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4º Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início –fev. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Itapevi: Nebli, 2016.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MARICATO, Erminia. **Exclusão social e reforma urbana**. São Paulo: FAUUSP, 1994.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=espa%C3%A7o>. Acesso em: 15 abril. 2021.

MIRANDA, Leodete.; AMORIM, Leonice. **Atlas geográfico de Mato Grosso**. Cuiabá-MT: Entrelinhas, 2001.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). **Ciência Geográfica**. Bauru, AGB, n.6, 1997.

MOREIRA, Erika Vanessa.; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Formação**: revista eletrônica do programa de pós graduação em geografia. n.14, vol.2 – UNESP, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/645/659>. Acesso em: 07 abril. 2021.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração**. FEA-USP. São Paulo, v. 1. n. 3. 2º sem, 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em: 26. Jun. 2021.

NEGRI, S. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, ano VII, v.8, n.8, p. 129-153, 2008

PAVÃO, Eugênio Da Silva. *Formação, estrutura e dinâmica da economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira*. Dissertação (Mestrado) -Centro Socio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina,UFSC, Florianópolis, 2005.

PIRES, Mauro Oliveira. Programas agrícolas na ocupação do cerrado. **Sociedade e Cultura**, Uberlândia, v. 3, n. 1 e 2, p. 111-131, Goiânia, jan/dez, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70312129007.pdf>. Acesso em: 21. Jan. 2021.

RESENDE, Ubiratan Pereira de. Especulação imobiliária e verticalização urbana: um estudo a partir do parque municipal Cascavel em Goiânia. Geografia: **Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia**, Londrina, v. 27, p.79, ago. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/34252/24100>. Acesso em: 19 fev. 2021.

RIOS, Sadraque Oliveira; COSTA, Jean Mario Araújo.; MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos. A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa. **Discursos Fotográficos, Londrina**, v.12, n.20, p. 98-120, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/22542>. Acesso em: 26. Jun. 2021.

RODRIGUES, Kelly. O conceito de lugar: A aproximação da Geografia com o indivíduo. **Anais do XI-ENANPEGE**, p. 5036-5047, 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/17/473.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades Socioespaciais – A Luta Pelo Direito À Cidade. **Cidades**, Brasília, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo Razão e Emoção São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: EdUnesp, 2002.

SAUER, Carl. O. Geografia cultural. **Espaço e Cultura**, n. 3, p. 01-07, 1996. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6706>. Acesso em: 23 jul. 2021.

SANTANA, Arthur Bernady. A BR-163: “ocupar para não entregar”, a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico. In: **Anais**. XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. **O Lugar de Todo Mundo**. Geografia da Solidariedade. Conferência feita no I Encontro Internacional de Geografia da Bahia. 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUSA, Jailson de Macedo. **A cidade na região e a região na cidade**: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina. Imperatriz: Ética, 2009.

SEEMANN, Jörn. Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções: Uma Breve Abordagem Contextual. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, série Terra Brasilis, n. 1, 2012, p. 1-16.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: Gasperr, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

SUERTEGARAY, D. A. **Notas sobre Epistemologia da Geografia**. Cadernos Geográficos/Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. nº1, Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.

SURIANO, Andrea Lise Campos. RESCHILIAN, Paulo Romano. Urbanização, habitação e segregação socioespacial. **Revista Univap**. São José dos Campos-SP, v. 18, n. 32, dez. 2012.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea**: Segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GEOGRAFIA



Roteiro de entrevista para moradores selecionados

Apresentação

O presente documento, tem por finalidade colher informações sobre o local supracitado para o desenvolvimento de uma pesquisa entrevistando moradores previamente selecionados. As informações coletadas serão utilizadas pelo estudante de Pós-graduação Willian Borges Vieira, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) para construção da dissertação “A construção da periferia frente ao imperativo do capital: o caso do loteamento Moradia Bela Vista em Colíder - MT”, com intuito de se obter título de Mestre em Geografia na linha de pesquisa “Dinâmica Espacial” do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Geografia da referida universidade. Ressalta-se que nenhuma informação pessoal do entrevistado (referente a documentos e/ou nome) serão coletados e/ou utilizados e/, ou publicados no resultado da pesquisa e em outros meios.

- *Qual é a sua profissão?
- *Onde você e seus pais nasceram?
- * Foi fácil adquirir um lote/casa neste bairro?
- * você gosta de morar no “Moradia Bela Vista”?
- * O “Moradia Bela Vista” não está anexo a cidade de Colíder. Deste modo, por ser afastado do da malha urbana, você considera este loteamento como área periférica?
- * Em sua visão, quais são os pontos positivos e negativos de se ter uma moradia neste bairro?
- * Você deseja que exista alguma ação por parte do poder público municipal em criar condições de infraestrutura básica neste loteamento (pavimentação asfáltica, rede de esgoto, água encanada e/ou similar)?
- * Você tem desejo de um dia se mudar para um bairro que esteja dentro do perímetro urbano da cidade no futuro?
- *Como é sua relação com os vizinhos do loteamento?
- * Você tem consciência de que seus vizinhos podem ou não estar na mesma condição financeira que você e que os motivos deles por escolher este bairro como lugar de moradia seja diferente?
- * Você concorda que a condição financeira da maioria das famílias que moram neste loteamento foi um fator decisivo para escolher este lugar para viver?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GEOGRAFIA



Questionário aos chefes de família do loteamento Moradia Bela Vista em Colíder-MT

Apresentação

O presente documento, tem por finalidade colher informações sobre o local supracitado para o desenvolvimento de uma pesquisa. As informações coletadas serão utilizadas pelo estudante de pós graduação Willian Borges Vieira, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) para construção da dissertação “A construção da periferia frente ao imperativo do capital: o caso do loteamento Moradia Bela Vista em Colíder - MT”, com intuito de se obter título de Mestre em Geografia na linha de pesquisa “Dinâmica Espacial” do programa de pós-graduação stricto sensu em geografia da referida universidade. Ressalta-se que nenhuma informação pessoal dos moradores (referente a documentos e/ou nomes) serão coletados e/ou utilizados e/, ou publicados no resultado da pesquisa e em outros meios.

Questionário específico
Sobre o questionado:
<p>1 – Sexo:</p> <p>a () Feminino;</p> <p>b () Masculino.</p>
<p>2 – Idade:</p> <p>a () menos que 20 anos;</p> <p>b () entre 20 a 30 anos;</p> <p>c () entre 31 a 40 anos;</p> <p>d () entre 41 a 50 anos;</p> <p>e () entre 51 a 60 anos;</p> <p>f () entre 61 a 70 anos;</p> <p>g () acima de 70 anos.</p>
<p>4 – Escolaridade:</p> <p>a () Ensino Fundamental Incompleto;</p> <p>b () Ensino Fundamental Completo;</p> <p>c () Ensino Médio Incompleto;</p>

- d () Ensino Médio Completo;
 e () Superior Incompleto;
 f () Superior completo;
 g () Pós - graduado.

5 – Há quanto tempo reside no loteamento Moradia Bela Vista?

- a () menos que um ano;
 b () entre 01 e 02 anos;
 c () entre 02 e 03 anos;
 d () entre 03 e 04 anos;
 e () mais que cinco anos;

6 – Profissão / trabalho / ocupação:

_____.

7 – Quantas pessoas moram juntas na residência?

_____.

7.1 - Que idade cada pessoa que aqui reside possui?

_____.

8 – Qual o rendimento mensal da família?

_____.

Sobre a moradia

9 – A residência é:

- a () própria;
 b () alugada;
 c () cedida.

9.1 – Como conseguiu esta moradia/lote?

- a () por meio de compra;
 b () por meio de troca;
 c () outras formas: _____.

9.2 – A moradia foi construída/ financiada por você?

- a () Sim;
 b () Não;

<p>9.3 – Qual o ano de construção da moradia? _____.</p> <p>10 – Porque optou por morar neste loteamento?</p> <p>a () Pelo baixo preço do terreno/casa;</p> <p>b () Pela tranquilidade;</p> <p>c () outro: _____.</p>
<p>11 – Se pudesse optar pelo local de moradia:</p> <p>a () iria permanecer neste loteamento.</p> <p>b () iria para outra residência próxima ao centro urbano.</p>
<p>12 – Qual o tipo de documento que a residência possui?</p> <p>a () Escritura;</p> <p>b () Contrato de compra e venda;</p> <p>c () Não possui documentação.</p> <p>d () outros: _____.</p>
<p>13 – No loteamento é feita a coleta de lixo?</p> <p>a () Sim;</p> <p>b () Não;</p>
<p>14 – A residência possui rede de esgoto?</p> <p>a () Sim;</p> <p>b () Não.</p> <p>14.1 – Caso a resposta seja negativa. Qual o destino do esgoto?</p> <p>_____.</p>
<p>15 – A residência possui água encanada?</p> <p>a () Sim;</p> <p>b () Não.</p> <p>15.1 – Caso a resposta seja negativa. Qual a origem da água utilizada?</p> <p>_____.</p>
<p>16 – Você consegue ver alguma ação do poder público que beneficie o loteamento?</p> <p>a () Sim;</p> <p>b () Não.</p> <p>16.1 – Caso a resposta seja positiva. Quais ações:</p> <p>_____.</p>

16.2 – Com relação ao poder público referente ao loteamento, você tem conhecimento de algum empecilho a sua instalação e/ou permanência neste lugar?

_____.

_____.

Outras questões pertinentes

17 – Possui veículo automotor?

a () Sim;

b () Não.

17.1 – Caso a resposta seja positiva. Quantos e tipos?

_____.

18 – Como é feito o deslocamento diário/ frequente até a cidade para o trabalho e/ou estudo; (incluindo filhos)?

_____.